



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 036

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Stephanes Júnior 13

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Professor Luizão 15

Dep. Péricles de Mello 16

Dep. Luiz Eduardo Cheida 18

Grande Expediente:

Dep. Caíto Quintana 19

Dep. Ribas Carli Filho 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 18

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 25

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 26

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 29

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 30

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação) 33

Redação Final 34

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 36

Publicações:

Diretoria Geral 36

Portaria DAT 36

Atas de Comissões 36

Ecologia e Meio Ambiente 36

Redação 37

Constituição e Justiça 37

DIÁRIO Nº 036

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE ABRIL DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas

Fabício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Elton Welter, Nereu Moura, Pedro Ivo e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelos Srs. Deputados Luiz Nishimori e Osmar Bertoldi (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para comunicar a esta Casa que nós, em entendimento com a Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, agendamos para hoje - porque inicialmente estava previsto para amanhã pela manhã - ao final desta Sessão, ou seja, em tese, marquei para a partir das 16h30 a oitiva - vamos receber aqui os Diretores do porto de Paranaguá: o Diretor Administrativo, Daniel Oliveira e o Diretor do porto de Antonina, que falará sobre a questão ampla do porto, mais especificamente sobre a questão da dragagem.

Então, a partir das 16h30, eles já estarão aqui nesta Casa, aguardando o término da Sessão, para que possamos depois - já está reservado o Plenarinho - vê-los, ouvi-los e discutir de forma ampla, os temas que envolvem o porto de Paranaguá. Esperamos contar com uma grande participação das senhoras e dos senhores Parlamentares, no sentido de poder, com a presença desses dois Diretores, elucidar os fatos relativos ao porto de Paranaguá.

Nós, eu e o Deputado Valdir Rossoni, acabamos fazendo esta data, antecipando, na verdade deixando esse horário, para proporcionar uma maior participação dos Parlamentares.

Então, logo após o término desta Sessão, iniciaremos a reunião no Plenarinho para debatermos os temas que envolvem o porto de Paranaguá.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Aliás, cumprimento os dois Líderes e, antes de encerrar a Sessão voltarei a conclamar os Srs. Deputados aqui presentes para participarem deste encontro no plenarinho, o segundo encontro que diz respeito a Paranaguá.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 228/08

Curitiba, 22/04/08.

Senhor 1º Secretário:

Pelo presente encaminho a V. Exa. atestado médico, necessário para que o setor competente desta Casa de Leis proceda à justificativa das minhas ausências por motivo de saúde, nas Sessões Plenárias dos dias 16 e 17 de abril do corrente.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) FÁBIO CAMARGO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 085/08

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Reduzir alíquota de ICMS nas operações de aquisição de motocicletas e automóveis a serem utilizados por empresas de segurança privada.

Proposta de projeto de lei:

Art. 1º Fica reduzida em 50% (cinquenta por cento) a alíquota do ICMS - Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nas operações de aquisição de motocicletas e automóveis a serem utilizados por empresas que prestem serviços de segurança privada no estado do Paraná.

Art. 2º Para cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo realizará a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da redução na arrecadação, firmando o convênio para a redução de alíquota de que trata esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Em face do crescente aumento da violência nas cidades paranaenses, tem se tornado fundamental a contratação de empresas especializadas para garantir a segurança residencial e comercial.

Porém, o custo de tais serviços, atualmente fundamentais para a população, sofre aumento considerável em consequência da carga tributária incidente.

Assim, é imprescindível a concessão de incentivo tributário, de forma a reduzir o custo final do serviço ofertado, o que implicará certamente em reflexos no custo para a população.

INDICAÇÃO Nº 086/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Educação a reforma e construção de uma sala na Escola de Educação Especial Maria do Rosário Torre, em Santa Cruz do Monte Castelo.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus pares, REQUER seja aprovado a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação que determinem a reforma e construção de uma sala de aula na Escola de Educação Especial Maria do Rosário Torre, no município de Santa Cruz do Monte Castelo, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Educação Especial Maria do Rosário Torre, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Cruz de Monte Castelo há mais de 11 (onze) anos presta serviços aos portadores de necessidades especiais, com vista a assegurar a habilitação e reabilitação dos seus usuários, bem como a promover a sua inclusão social.

Atualmente, atende a 86 (oitenta e seis) portadores de necessidades especiais em dois turnos, em faixa etária que varia de 0 a 53 anos, e oferece-lhes 4 (quatro) refeições diárias. Em razão disso, tomou-se premente reformar a escola e construir mais uma sala de reciclagem, onde os estudantes possam desenvolver atividades para as quais não têm o devido espaço. No projeto anexo, descreve-se, de modo pormenorizado, os projetos da escola e suas necessidades mais urgentes.

Certos de contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná, apresentamos o presente pedido, que constitui verdadeira medida de justiça social.

INDICAÇÃO Nº 087/08**SÚMULA:**

Propõe a implantação do curso de Engenharia Ambiental na Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, e Exma. Sra. Lygia Pupatto, DD. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a implantação do curso de Engenharia Ambiental na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, para o ano letivo de 2009.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, o Centro de Engenharia e Ciências Exatas - CECE, dispõe dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ciência da Computação e Matemática, podendo com a implantação do curso pleiteado, ser suprida a demanda de professores no primeiro ano do curso, pelos cursos citados, evitando assim despesas para o Governo do Estado.

Salientamos que o curso de Engenharia Ambiental foi aprovado pelo Centro de Engenharia e Ciências Exatas, de acordo com a Ata nº 009/03 - CECE, no *campus* de Foz do Iguaçu, conforme a Ata nº 005/03 - GDG e Conselho Universitário - COU, de acordo com a Resolução nº 062/03 - COU.

As atividades exercidas pelo Engenheiro Ambiental é de fundamental importância para a humanidade, sendo responsável pelo acompanhamento das políticas ambientais, na adequação ambiental dos empreendimentos de engenharia e o desenvolvimento de tecnologias de proteção ao meio ambiente. Por isso, entendemos que o Governo do estado poderia implantar o curso de Engenharia Ambiental na UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, pois naquela região as questões ambientais têm um significado e preocupações especiais, pois o município abriga o Parque Nacional do Iguaçu, Unidade de Conservação Brasileira, tombado como Patrimônio Mundial Natural da Humanidade pela UNESCO, com uma área de 185.262,20 hectares, onde se encontra as Cataratas do Iguaçu.

Foz do Iguaçu é um gigantesco laboratório para o curso pleiteado, pois além do parque, encontra-se na região dois dos principais rios brasileiros: Rio Iguaçu e Rio Paraná, e o município abriga também a Itaipu Binacional, cujo empreendimento é objeto de constantes estudos em razão do impacto ambiental ocasionado pela sua implantação.

Atualmente, o Governo Estadual mantém apenas um único curso de Engenharia Ambiental, implantado na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), *campus* de Irati. Para Foz do Iguaçu, a abertura do curso traria vários benefícios para a cidade e o estado, proporcionando ainda condições de alunos menos favorecidos e interessados em realizar o curso, fazê-lo sem custos.

Diante do exposto, é de fundamental importância que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, dispense especial atenção ao pedido objeto do presente.

INDICAÇÃO Nº 088/08

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado imediato auxílio aos desabrigados no município de Maringá, em razão da chuva de granizo, no dia 21/04/08.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando do mesmo imediato auxílio aos desabrigados no município de Maringá, em razão da chuva de granizo registrada por 15 minutos, no dia 21/04/08.

Mais de mil pessoas estiveram na noite do dia 21 de abril, no Corpo de Bombeiros de Maringá, retirando lonas para cobrir as moradias destelhadas. Até as 15h do dia 22, Prefeitura Municipal, Defesa Civil e Polícia Militar, constataram 1.200 casas destelhadas.

É preciso, em caráter de urgência, enviar telhas para essas famílias que ficaram sem teto em função da chuva de granizo.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 23/04/08.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência por motivo de viagem a fim de participar das solenidades comemorativas ao 62º aniversário de Instalação da comarca de Piraí do Sul.

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a criação de uma Comissão Especial de Estudos para a Implantação de Hidrovias no Estado do Paraná, com a finalidade de analisar projetos, discutir iniciativas e propor soluções para mais esta alternativa de transporte em nosso estado, qual seja, o hidroviário.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O Paraná precisa iniciar o estudo de alternativas para o escoamento de sua produção, afinal o predomi-

nante transporte terrestre já está dando sinais de saturação, e a alternativas do transporte hidroviário, constitui-se como medida de sucesso em diversos países, podendo ser implantado em nosso estado, desde que de forma consciente e muito bem debatida e analisada, por isso a instalação de uma Comissão Especial de Estudos se torna premente, nesta Casa Legislativa, conforme requerimento que apresentamos e esperamos deferimento.

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, na forma regimental, que o Projeto de Lei nº 097/08, seja encaminhado, após parecer da competente Comissão de Constituição e Justiça, para análise e parecer da Comissão de Saúde desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 097/08, de iniciativa do Poder Executivo, trata da criação de cargos em provimento para diretores e chefias em hospitais, assunto este de extrema relevância e interesse público, principalmente para os profissionais e usuários do sistema de saúde.

Logo a análise e discussão por parte da Comissão de Saúde será primordial diante das repercussões que este assunto traz à área da Saúde, merecendo ampla discussão e análise mais acurada da Comissão de Saúde deste Legislativo, consoante dispõe nosso Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de votos de pesar à família de Carmem Maria Pascoalotto Bramatti, que faleceu no dia 17 de abril, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de votos de pesar à família de Vidomar Albano Gotardo, que faleceu no dia 18 de abril, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de votos de pesar à família de Maristela A. Stoeberl, que faleceu no dia 18 de abril, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria José Maia, ocorrido no dia 20/04/08, no município de Santana do Itararé/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seus filhos, Marcelo, Marcos, Messias Junior e Arthur enviando correspondência à rua São Paulo, nº 49 - Centro - Santana do Itararé/PR.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte da professora Maria José Maia foi de grande consternação para Santana do Itararé. Mulher que praticava somente o bem, deixou uma marca que com certeza nem o tempo apaga. Dona Maria, como era carinhosamente chamada, tinha um jeito ímpar de viver. Jamais alguém a encontrou triste. Sempre sorridente e atenciosa, atendia a todos com cortesia.

Mostrando-se uma líder nata, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões. Na política, Maria exerceu o cargo de Vereadora por uma legislatura. Foi primeira-dama também.

Os seus quatro filhos, Marcelo, Marcos, Messias Junior, Arthur, e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivo os legados deixados pela falecida. O município de Santana do Itararé perdeu uma verdadeira guerreira. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas de bem.

Através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Valdecir Vendruscolo, ocorrido no dia 17/04/08, no município de São Jorge do Oeste/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha, Márcia Vendruscolo.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis. Assim é que definimos o falecimento de Valdecir Vendruscolo, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças políticas no

município. Desde cedo, Valdecir Vendruscolo deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões. Na política, Valdecir exerceu o cargo de Vereador por duas legislaturas. Paralelamente, foi madeireiro.

Além dos dotes como político, era um ser humano generoso. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte. Infelizmente a morte de Valdecir Vendruscolo abriu uma lacuna, que dificilmente será preenchida em São Jorge do Oeste.

Solicito que seja aprovado por essa Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida pelo combativo homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um bom lugar na morada eterna.

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao CIAP - Centro Integrado de Apoio Profissional, pelos relevantes serviços prestados à nação brasileira, em especial, neste marcante momento de nosso país, onde a “qualificação profissional” do trabalhador “é o grande diferencial competitivo no acirrado mercado de trabalho”. A competência, visão e ousadia do casal Vergínia Mariani (Diretora Geral) e Dinocarme Aparecido de Lima (Presidente do Conselho de Administração, seus fundadores, com muito dinamismo em suas ações, tornaram a marca CIAP uma grife de renome na educação profissionalizante em nosso país.

O reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis são extensivos à equipe altamente qualificada que, com esmero e rigor, prepara os profissionais de hoje e do amanhã. O casal Vergínia e Dinocarme estão de parabéns, pois eles foram os semeadores deste majestoso projeto, que permitiu ao Paraná aliar-se a vários estados brasileiros, unindo, através do ensino profissionalizante, culturas, ideais e sonhos, através dos quais, eles, numa sabedoria plena, os tornaram realidade.

Requeiro que a presente deliberação legislativa seja comunicada ao CIAP, com votos de sucesso permanente nessas ações que tanto orgulham os paranaenses.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Conselho Regional de Odontologia - CRO do Paraná, pela promoção de evento comemorativo dos 100 Anos de Imigração Japonesa.

Esta Casa se sente honrada em louvar a iniciativa do CRO do Paraná e destacar a atuação da Comissão Organizadora, a qual teve na pessoa de seu Presidente, Sr. Roberto Hideo Schimizu, e do Coordenador do evento, Sr. Marco Antônio Sato, juntamente com o Presidente do CRO, Sr. Ermensson Luiz Jorge, notável atuação no sentido de promover e reverenciar a história e a vida de todos os descendentes de japoneses que têm atuação de destaque na área odontológica (e que correspondem a 10% dos dentistas do Paraná), por ocasião da comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil.

Requer seja enviada cópia do presente requerimento ao Presidente do CRO do Paraná, Sr. Ermensson Luiz Jorge.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Instituto de Educação Estadual de Londrina - IEEL. Fundado em 01/02/45, dirigido pela competente professora Sandra Regina Rodrigues do Amaral, secretariada pela professora Miriam Cristina Romeira, o IEEL conta com 148 professores e 45 funcionários administrativos, que, com garra, idealismo e muito amor, desenvolvem extraordinário trabalho educacional com 2026 alunos. O IEEL oferece curso de ensino fundamental e ensino médio, além de classe especial.

O IEEL é uma instituição de ensino modelo para o Paraná e para o Brasil, resultado do alto nível profissional da direção, professores e funcionários.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora do IEEL, com votos de permanente sucesso na nobre missão de educar.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Professora Adélia Dionísia Barbosa, de Londrina.

Fundado em 26/01/89 e tendo como Diretora a professora Cleide Teixeira da Silva Polli, secretariada pelo professor Antonio Maximiano Filho, conta com 67 professores e 32 funcionários administrativos que, com muita garra, idealismo, competência e amor cuidam da educação de 1362 alunos do ensino médio Regular.

Trata-se de um colégio respeitado pelo alto nível de ensino que ali é ministrado, daí, justificar-se o reco-

nhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis a essa escola que serve de modelo para o Paraná.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada à direção do colégio, com votos de permanente sucesso a todos os seus integrantes.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de louvor ao empresário curitibano Sigismundo Charneski, que demonstrando profundo espírito empreendedor e interesse no desenvolvimento do nosso estado, mediu e promoveu a implantação da fábrica multinacional Beaulieu do Brasil no distrito industrial do município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Sigismundo Charneski, Diretor-Presidente da Casanova Tapetes e Decorações iniciou no ano de 1996, relações comerciais de importação de carpetes com a multinacional Beaulieu (Bergontex) da África do Sul, uma das maiores produtoras de carpetes do mundo.

Em visita a sede da fábrica Beaulieu, na África do Sul e impressionado com o desenvolvimento tecnológico e organizacional que verificou, sugeriu ao seu Presidente Sr. Stephan Colle a possibilidade de instalação de uma fábrica na América Latina, particularmente no Brasil. Aceita a sugestão por se alinhar com a visão de globalização da citada indústria, passou a mediar o empreendimento, tendo sido encarregado da busca do local para a instalação da nova fábrica.

No princípio de 1997 começaram os contatos com órgãos oficiais, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e municípios com possibilidades de sediar a fábrica. Manifestaram interesse os municípios de Paranguá, Campo Largo, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras e Ponta Grossa.

Em busca das melhores propostas de incentivos estaduais e municipais para a instalação da fábrica e visando também o retorno para o estado do Paraná e em particular para o município escolhido, foi formalizado acordo com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, através do então Prefeito Jocelito Canto e sua equipe.

Em 11/06/97, no Palácio Iguaçu, foi assinado o Protocolo de Intenções entre o Presidente da Beaulieu e o Governo do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, Banco do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado da Fazenda e Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

Assim sendo, foi dado início as instalações da fábrica no Brasil, no distrito industrial de Ponta Grossa, fábrica essa que muito tem contribuído para o desenvolvimento econômico de Ponta Grossa e região e gerado empregos para a população local.

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Centro Odontológico Visconde do Rio Branco, nas pessoas de seus sócios: Dr. Raphael Stefanos e Dr. Gilvan Robson Spada.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Centro Odontológico Visconde do Rio Branco, iniciou suas atividades no ano de 2001, numa iniciativa dos Odontologistas Dr. Raphael Stefanos e Dr. Gilvan Robson Spada.

Funcionando ininterruptamente há sete anos, os Drs. Raphael e Gilvan, vêm atendendo a comunidade curitibana e paranaense com todo desvelo, carinho e qualidade, tanto nos serviços quanto nos materiais empregados, conquistando assim, a confiança de centenas de clientes ao longo desses anos, construindo um grande elo de amizade entre clientes e fornecedores.

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao GRIFFON - Centro de Terapia Minimamente Invasiva.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao GRIFFON - Centro de Terapia Minimamente Invasiva, por ocasião da inauguração da unidade no município de Curitiba, prestando aos seus pacientes serviços com a mais alta tecnologia em diagnóstico e tratamentos.

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Sra. Sônia Bonacin, em deferência ao dia 23 de abril, Dia Mundial do Escoteiro.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Sônia Bonacin, por tudo o que tem representado na defesa do meio ambiente, de modo discreto e anônimo, principalmente no fortalecimento do Centro Escoteiro e do Guardião das Águas,

com constantes ensinamentos práticos, numa homenagem justa concedida em decorrência do dia mundial do escoteiro.

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à União dos Escoteiros do Brasil, em deferência ao dia 23 de abril, Dia Mundial do Escoteiro.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à União dos Escoteiros do Brasil, neste Dia Mundial do Escoteiro, esta entidade de cunho nacional, pela evolução considerável e constante dos seus trabalhos em prol do escotismo em nosso país e principalmente em nosso estado, e por receber em 2011, a Conferência Mundial.

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, solicitando informações sobre a existência e qual é a regulamentação do serviço de tanatopraxia no estado do Paraná; se há controle ou registro de quantos são e onde estão localizados estes serviços; bem como quais as ações da Vigilância Sanitária, ou seja, se há fiscalização ou necessidade dessas empresas em requererem licença sanitária.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Prefeito do município de Londrina, Sr. Nedson Micheletti, sugerindo a fixação de cartazes ou de placas explicando o serviço de tanatopraxia, com o seguinte objetivo:

1 - orientar a todos os cidadãos que o serviço é opcional, não sendo obrigatório ou necessário;

2 - que o serviço se presta a prolongar o tempo de exposição do cadáver.

A sugestão se dá com o objetivo de demonstrar um caminho para o fim da exploração da dor dos familiares que ficam expostos a constrangedoras ações dos funcionários que tentam “empurrar” o serviço de tanatopraxia.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 159/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR, CNPJ 08197366/0001-04, fundado no dia 27/07/06, com sede e foro à rua Alferes Ângelo Sampaio, nº 1564, no bairro do Batel, município de Curitiba, no estado do Paraná, é uma entidade de direito privado, de natureza civil e institucional, sem fins lucrativos, tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento do meio ambiente, favorecendo a integração, a produtividade e a qualidade de vida na sociedade como um todo, sem qualquer distinção de credo, de etnia, de político-partidária ou de qualquer outra natureza em qualquer estado ou região do Brasil. Colabora com instituições públicas e privadas, através de pesquisas e prestações de serviços, em programas na área do Meio Ambiente, visando o desenvolvimento organizacional, aperfeiçoando os procedimentos e processos já existentes e/ou desenvolvendo novas soluções, objetivando, fundamentalmente, a consciência ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Várias são as atividades realizadas pela entidade, entre elas, a promoção de cursos, simpósios, seminários, palestras e conferências; apoio institucional gratuito a entidades de ensino e divulgação nas instituições de ensino públicas ou privadas de conhecimentos sobre educação ambiental; publicação de livros, periódicos, artigos especializados e outras formas adequadas de publicações que contribuam para a educação na sociedade. Presta serviços, realiza projetos pertinentes à proteção do meio ambiente, oferece cursos e treinamentos, assessoria, auditoria e consultoria ambiental, visando a organização e o desenvolvimento de atividades ambientais e desenvolve projetos de biotecnologia e desenvolvimento de novas tecnologias. Possui parcerias com diversas entidades de nossa sociedade, destacando-se as Universidades Positivo e Federal do Paraná, CIEE, Colégios Dom Bosco e Positivo, Instituto de Cegos, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná, Associação da Escola Superior de Guerra, CELEPAR, CONSEG Batel, e outros, com a finalidade de desenvolver projetos sociais e a manutenção de estagiários remunerados, objetivando a disseminação de conhecimento e consci-

ência ambiental e da redução das desigualdades sociais, bem como a integração e reintegração de indivíduos na sociedade.

Face o exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 160/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança do bairro do Batel - CONSEG Batel, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Segurança do bairro do Batel - CONSEG Batel, CNPJ 06247013/0001-46, fundado no dia 03/04/96 e constituído a 09/05/96, com sede e foro à rua Alferes Ângelo Sampaio, nº 1564, no bairro do Batel, município de Curitiba, no estado do Paraná, é uma entidade sem fins lucrativos, qualificada como organização de sociedade civil de interesse público, com personalidade jurídica de direito privado, legalmente constituído e reconhecido pelos órgãos de Segurança Pública do Estado do Paraná, tem por finalidade aproximar e integrar as Polícias Civil, Militar e Instituições de Ensino com a comunidade local, planejando ações comunitárias, encaminhando denúncias, queixas e reivindicações da comunidade, desenvolvendo ações com solução para os problemas de segurança, criminalidade, miséria, alcoolismo, drogas, marginalização da criança e adolescente, preservação e conservação do meio ambiente, bem como promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Destacam-se, entre muitas das ações que visam o bem comum da comunidade, a elaboração do projeto Ressocialização de Apenados, que tem por objetivo a reintegração dos detentos à sociedade após o cumprimento da pena, e o projeto Sinal Verde para a Educação, em conjunto com várias entidades da nossa cidade, que tem por objetivo retirar as crianças dos semáforos de Curitiba e a sua inserção/reinserção à sociedade.

Face o exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo

Conselho Comunitário de Segurança do bairro do Batel - CONSEG Batel, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 161/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Idosos de Nova Londrina, com sede e foro no município e comarca de Nova Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Idosos de Nova Londrina é uma associação civil, de caráter cultural, assistencial, desportivo e outros, sem fins lucrativos, de direito privado, com sede e foro na comarca e cidade de Nova Londrina, estado do Paraná, e funcionando na avenida Brasil, 26 - Nova Londrina/PR.

Tem por finalidade precípua promover ações que objetivem a integração da pessoa idosa na comunidade, buscando desenvolver sua capacidade de liderança ativa e assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando a favor de seus associados, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 162/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As aulas práticas de direção veicular, constituídas de um mínimo de 15 horas/aulas para cada categoria de habilitação, ministradas pelas auto-escolas localizadas no estado do Paraná, para a obtenção da primeira CNH, além das noções de funcionamento do veículo e convivência real dos demais elementos do processo de circulação, no período destinado à prática de direção na via pública, destinarão um mínimo de três horas/aula para o aprendizado nas rodovias fora do perímetro urbano.

Parágrafo Único. Constará no comprovante da conclusão de aulas práticas, o relatório das horas aulas realizadas nas rodovias fora do perímetro urbano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A cada ano são catalogadas pela Polícia Rodoviária Federal, no Paraná, um expressivo número de acidentes com veículos automotores.

Deve-se salientar, por outro lado, que, dos acidentes com ferimentos graves e morte, um alto percentual têm seus veículos dirigidos por motoristas portadores de Habilitação com vigência de zero a cinco anos.

Diante dessas lamentáveis constatações, é forçoso concluir-se que os acidentes em rodovias, são devidos a falta de prática de direção nesses locais, posto que a primeira CNH tem validade para os cinco primeiros anos, sendo que no primeiro ano é expedida apenas uma carteira provisória.

A primeira carteira, por outro lado, não expressa a prática de direção nas estradas, porque conquistada com aulas práticas de direção tão somente nas vias públicas urbanas. E por isso o elevado índice de acidentes graves e com morte entre os motoristas portadores da primeira habilitação. Daí a importância de que a prática, através das auto-escolas, seja estendida também às rodovias. E por isso, a relevância do presente projeto de lei.

A maioria dos acidentes são provocados por falhas humanas e os novos motoristas têm dificuldades para perceber a diferença entre dirigir no perímetro urbano e nas rodovias. Com esta medida, as estradas receberão condutores com melhor preparo, objetivando, com isso, mais atenção, mais perícia e menos acidentes, tendo como consequência menos mortes.

É prerrogativa da união legislar sobre o sistema de trânsito brasileiro tendo, por isso, instituído o Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9503/97.

O diploma, no capítulo XIV, em seu artigo 140, conduz aos estados ou ao distrito federal, a responsabilidade da expedição da habilitação, na sua condição de executivo da legislação do trânsito de qualquer natureza, nas vias terrestres do território nacional. No artigo 147 item V - determina que o candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito.

No que pertine à formação de condutor de veículo automotor, o artigo 155 prescreve que esta seja realizada por instrutor autorizado pelo órgão executivo de trânsito dos estados ou do distrito federal.

E, por derradeiro, no artigo 158, o CTB determina que a aprendizagem só poderá realizar-se nos termos, horários e locais estabelecidos pelo órgão executivo de trânsito.

Portanto, a aprendizagem para a obtenção da habilitação está afeta ao estado, na sua condição de executivo das leis de trânsito.

No estado do Paraná, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR - tem como finalidade gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do estado, as atividades do trânsito, nos termos de legislação própria.

Assim, com essas prerrogativas, está afeta ao estado - por seu órgão executivo das leis do trânsito, o DETRAN/PR - a tarefa de legislar sobre as atividades das auto-escolas, no que pertine ao aprendizado para a obtenção da CNH.

Por isso o projeto de lei que está sendo apresentado é constitucional e não colide com a legislação federal que concede aos estados e/ou ao distrito federal a responsabilidade de formação de condutor de veículo automotor.

Impõe-se estender a prática do aprendizado à formação de condutor de veículo automotor, através das auto-escolas, também às rodovias do Paraná, não apenas nas vias públicas urbanas.

E, de outra face, o projeto de lei ora apresentado é constitucional e não colide com a legislação federal de trânsito, como foi demonstrado no item 2 desta justificativa.

Desta forma, pela relevância da matéria, espero contar com a aprovação dos meus Pares.

PROJETO DE LEI Nº 163/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o uso de cerol ou de qualquer outro tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, para recreação ou com finalidade publicitária, em áreas públicas e comuns, em todo o território do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Caberá aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, com apoio concorrente dos agentes de fiscalização municipal ou de guardas municipais, quando houver, zelar pelo fiel cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, mediante ações fiscalizadoras, administrativas e policiais.

Art. 2º A inobservância do disposto nesta lei, acarretará na lavratura do competente boletim de ocorrência, sujeitando o infrator ou seu responsável legal, ao pagamento de multa mínima no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por cada conjunto de material apreendido, até o limite máximo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser fixada e escalonada em regulamento, observada a correção monetária por índice oficial.

§ 1º O valor da multa, observados os limites especificados neste artigo, será acrescido de percentual a título de agravante, considerando o grau de ameaça, potencial ou efetiva, representada pelo uso do cerol, e a que estiver sujeita a comunidade no momento da infração, obedecidos os seguintes critérios:

I - infração de natureza gravíssima, quando o uso do artefato com linha de cerol ocorrer, concorrentemente

ou não, em áreas com trânsito intenso de pedestres e veículos, na vizinhança de escolas, hospitais, instalações públicas, redes expostas de eletricidade e de telecomunicações - multa de R\$ 300 por cada conjunto de material apreendido, acrescentada de 100% a título de agravante;

II - infração de natureza grave, quando o uso do artefato com linha de cerol ocorrer em qualquer outra área pública ou comum, sem as características acima - multa de R\$ 300 por cada conjunto de material apreendido, acrescentada de 50% a título de agravante.

§ 2º A forma de arrecadação da multa será definida por Portaria do Secretário de Estado da Fazenda, sendo os valores arrecadados destinados, integralmente ao Fundo Estadual para a Criança e a Adolescência, criado pela Lei nº 10014 de 29/06/92 e regulamentado pelo Decreto nº 3963 datado de 29/08/94.

§ 3º O material apreendido deverá ser incinerado.

Art. 3º O pagamento de multa não exime o infrator das respectivas responsabilidades civil e penal, no caso de se registrarem, com o uso do cerol, danos a pessoa física, ao patrimônio público ou à propriedade privada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa proibir a utilização de cerol ou de qualquer tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, pandorgas e de semelhantes artefatos lúdicos, em todo o território paranaense, ante o enorme perigo à vida das pessoas, vítimas de acidentes com referido material.

A diversão infantil de soltar pipas, deixou de ser inocente quando as pessoas passaram a utilizar o cerol nas linhas dos brinquedos, o que passou a ocasionar inúmeros acidentes fatais, principalmente após a difusão da utilização de motocicletas para o transporte de correspondências, documentos e entregas em geral.

Não se pode admitir que hoje em dia, com toda a informação disponível, as pessoas ignorem o incalculável perigo que o uso do cerol em linhas de pipas, papagaios e similares traz à vida das pessoas, logo o Poder Público, tem o dever de atuar repressivamente nesta questão, a fim de manter a paz social.

Portanto a utilidade e a viabilidade deste projeto são facilmente constatáveis, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 164/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais -

CAJAE, com sede e foro no município de Curitiba, à rua Roberto Barrozzo, nº 1.834, centro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade e missão a promoção da auto-realização, capacitação profissional e do exercício da cidadania de jovens e adultos, com deficiência mental associada ou não a transtornos neuropsíquicos.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 165/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no estado do Paraná o Dia Estadual do Escoteiro, como sendo a data de 23 de abril.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar reconhecimento estadual ao movimento escoteiro, que em 2007, completou 100 anos, congregando 216 países e territórios, sendo considerado o maior movimento mundial co-educacional para jovens, não formal e de trabalho voluntário.

A principal intenção deste projeto de lei é manter na memória de todos os paranaenses a data comemorativa aos escotismos, ante a importância deste movimento em todo o Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 166/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Escoteiro, a ser comemorado anualmente na data de 23 de abril.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Na Inglaterra de 1907 a educação ideal pregava a disciplina e a obediência como maiores virtudes; a adolescência ainda não era considerada como um período fundamental para o desenvolvimento do ser humano e, a

ciência dava seus primeiros passos nas pesquisas e desenvolvimento da tecnologia. Ainda era um mundo que Robert Baden-Powell plantou uma proposta para contribuir na formação dos jovens do Reino Unido. Esta proposta tomou vida e ampliou-se por todo o mundo, superou dificuldades e sobreviveu aos conflitos internacionais, crises econômicas e revoluções culturais.

O segredo para isso está dentro da originalidade da proposta de Baden-Powell, na composição do sistema que caracteriza o escotismo. Embora o Escotismo seja um todo, podemos, didaticamente, dividi-lo em algumas partes que se destacam: o Propósito, o Método, os Princípios e o Programa Educativo.

O Propósito do Movimento Escoteiro é contribuir para que os jovens assumam o próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar plenamente suas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participativos e úteis em suas comunidades. Em resumo, o Escotismo oferece um processo de educação não formal que, além de tornar a vida dos jovens dinâmica e interessante resulta em pessoas ativamente inseridas na sociedade, cujas ações são fundamentadas em valores universais como a justiça, o direito e a liberdade.

Quando Baden-Powell pensou em aplicar atividades baseadas em “scouting” aos jovens, definiu, também, qual a forma correta para fazer isso. O método escoteiro, desta forma, orienta de que maneira pela qual atividades que são oferecidas aos jovens deverão acontecer. Escotismo só existe quando o método escoteiro está sendo utilizado, ou seja, quando atividades estiverem sendo realizadas.

O Método Escoteiro é composto pela soma de cinco pontos, que convivem simultaneamente, a saber: Aceitação da Promessa e da Lei Escoteira, Aprender Fazendo, Vida em Equipe, Atividades Progressivas Atraves e Variadas, Desenvolvimento pessoal com orientação individual. Definindo claramente a base moral que alicerça o Movimento, os Princípios estão definidos como: Dever para com Deus, Dever para com o Próximo, e Dever para consigo mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 167/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais - CIMSÁUDE, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais - CIMSÁUDE, entidades sem fins lucrativos, com

sede e foro no município de Ponta Grossa, tem por finalidade representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades, especialmente perante as demais esferas constitucionais de Governo, planejamento medidas para promover a saúde dos habitantes da região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

(**Ausente do Plenário**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores.

Antes de começar quero aqui saudar a presença do Grupo Escoteiro Guardiã das Águas, de Piraquara. Sejam muito bem-vindos, sempre alerta. Fui escoteiro muitos anos, ainda me considero escoteiro, fui do São Luiz de Gonzaga e muito me orgulho de ter participado desse Movimento que tenho respeito e bons amigos.

O que me traz hoje a tribuna é abordar algo que aconteceu na semana passada e ainda acontece nesta semana. Pouco ou nada vi a respeito desse tema, aqui no Paraná. O Movimento dos Sem-Terra invadiu praças de pedágio e várias propriedades no estado do Paraná e no Brasil. Me preocupa a sociedade ficar passiva sobre esse tema, porque o Movimento tem razão de existir. Hoje, se você quer ajudar as pessoas, tem que gerar emprego e se você quer gerar emprego no campo, apóie o agronegócio, as pequenas indústrias no interior do estado e principalmente o filho do agricultor que tem vocação, tem um pouco de tecnologia e até um pouco de capital e tem que ir para Rondônia, Mato Grosso, Bahia e outros estados porque no Paraná as terras estão ficando caras. Com isso, na realidade, você mantém o pequeno agricultor e as pequenas propriedades, ou seja, fortalece o cooperativismo.

Essas invasões são violentas. Normalmente o que o MST faz? Faz invasões armadas, destrói a propriedade privada, vende o gado, se tiver gado, corta a madeira, se tiver madeira, ou seja, destrói o meio ambiente e ainda por cima faz cárcere privado para a família do proprietário e de seus agregados, dos seus funcionários. É um Movimento que não podemos deixar atuando solto dessa forma, que muitas vezes inverte o papel da sociedade, seus Líderes usam pessoas humildes que precisam de ajuda como massa de manobra e na realidade depois vão passar necessidades. E o que é pior, o Governo financia

essas invasões, porque é com o dinheiro dos impostos que são repassados ao MST, Via Campesina, através de ONGs, sindicatos e diretamente a estas entidades que eles se organizam para fazer as invasões. Então, é um crime o que se faz aqui no Paraná e no Brasil o MST!

Quero abordar um outro tema que está um pouco distante de nós, mas que é importante, que é a questão da divisa do Brasil com as Guianas. Estou falando em Roraima, a questão dos índios e dos arrozeiros. Na realidade, tenho tudo a favor da comunidade indígena, mas você hoje não pode pegar uma área do tamanho de Sergipe e dar para 15 mil pessoas. Se você quer ajudar a comunidade indígena, ajude de outra forma, mas dar o estado de Sergipe para 15 mil pessoas, é como dar o Paraná para 30 mil pessoas. Vivemos aqui em 11 milhões de pessoas. Não faz sentido isso. Além disso, prejudica a economia do estado, aonde os produtores de arroz no caso representam 6% da economia do estado de Roraima.

A questão da soberania também, porque estão transformando ali uma área Ianomâmi, quase que num outro estado, um outro país. Levaram a Polícia Federal para retirar os arrozeiros de lá. Vi a declaração daquele General Heleno Pereira, que é Comandante Militar da Amazônia. Ele foi muito claro, isso prejudica a soberania, isso é uma preocupação que ele tem.

Da mesma forma o Desembargador Marcos Feder, que hoje é o Presidente do Conselho Nacional da Magistratura, fez a mesma declaração que isso é um crime que estão fazendo com o Brasil. Você não pode pegar uma área como Sergipe e dar para 15 mil pessoas, e deixar os índios querendo que eles vivam como no descobrimento do Brasil. Na realidade, hoje, o índio é um brasileiro igual a nós, que tem que ser integrado à sociedade. Ele quer carro, quer casa, quer telefone, quer geladeira, ele quer tudo igual a nós. Você quer fazer alguma coisa? Faça diferente. Mas, dar uma área como Sergipe para viver no mato e que não pode, toca. Isso aqui não é mais do Brasil, vamos dizer assim. Está tudo errado.

Como brasileiro me sinto preocupado com esses temas, tanto como o tema do MST, quanto essa política indígena equivocada. Sou a favor totalmente dos índios, mas como eu falei, dar uma área do tamanho de Sergipe para 15 mil pessoas, não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e visitantes.

Sempre é uma alegria para a Assembléia Legislativa, que é a Casa do povo, porque cada Parlamentar que aqui está ele está aqui graças aos milhares de paranaenses, homens e mulheres que depositaram nas urnas eletrô-

nicas o voto para eleger os 54 Parlamentares que compõem esta Casa de Leis.

A nossa saudação ao Grupo de Escoteiro Guardião das Águas e também ao Grupo de Escoteiro Positivo, o nosso respeito, a nossa saudação, gente querida, obrigado pela visita.

Falando do escotismo, a gente gostaria de dizer da importância desses adolescentes, desses jovens que abraçaram o escotismo. A gente vê que no meio daqueles que freqüentam, que são escoteiros, há uma juventude muito sadia que de um modo geral está distante do alcoolismo, está distante acima de tudo da maior maldição que destrói a humanidade que é a droga. Tenho hoje, pode ser até que tenha, mas até hoje não encontrei um escoteiro que fosse dependente de droga química.

Aquela história: qual é a pessoa que é feliz sendo usuário das drogas? Aquele que se torna dependente das drogas - e para se tornar um viciado leva o quê? Segundos, minutos. Mas, para se libertar do vício pode levar uma eternidade. Quantos afundaram nesse poço e não tiveram mais retorno. Dizemos sempre que a recuperação de um dependente químico é muito demorada, tem poucas casas de recuperação no país. E muitos jovens quando tentam freqüentar essas casas abandonam o tratamento, abandonam a recuperação e voltam ao vício.

Quando vejo, Deputado Dobrandino, o senhor que é um pai modelo para todos nós. Vemos pessoas como os escoteiros que aqui estão, quero louvar a vida deles e rogar a Deus que toque o coração de cada criança, cada adolescente, para que jamais entrem nesse vício maldito que é a droga. A pessoa que se torna um dependente químico, ele é capaz de matar uma mãe, um pai, o avô, é capaz de fazer coisas incríveis para tirar do seu caminho aquele que está atrapalhando o seu vício. É capaz de fazer coisas absurdas para arrumar o dinheiro para comprar a droga.

Essa droga que tem destruído a carreira de políticos, tem destruído muito a carreira de artistas famosos, tem destruído a carreira de grandes jogadores de futebol. Temos grandes exemplos, o próprio Maradona, um dos maiores craques de futebol do século virou um escravo diante das drogas. E mais recentemente, o ex-jogador do Corinthians e agora comentarista da Rede Globo, o Casagrande, também já tinha tido envolvimento com a droga, teve a tal da recaída, perdeu até a esposa, a família. Ele falou que a maior luta agora é para reconquistar a sua própria esposa. Deus abençoe o Casagrande, abençoe a todos os dependentes dessa maldita droga, que eles tenham força, sabedoria, tenham discernimento para se submeterem a tratamento e de fato se libertarem. Não apenas dando entrevistas em jornal, porque tem muitos artistas que caem na maldição do vício, em seguida, sem nenhum tratamento, sem participar de nenhum grupo, já vem com fantasias que escaparam do vício, se libertam e dali a pouco estão de volta na sarjeta.

Que Deus dê a cada viciado o discernimento, e àqueles que ainda não experimentaram a droga, que não experimentem.

Tenho dito e numa ocasião estava falando na televisão e uma artista plástica me falou: "Coloquei meus filhos na frente da televisão para ouvir o seu comentário." Fiz uma afirmação. Não conheço, se me mostram cocaína, essas drogas, não sei qual é uma e qual é a outra. Apesar de já ter sido repórter nas várias áreas do jornalismo. Mas dizia na televisão, que o jovem quando está na fossa, pelo que a gente vê, usa e cheira uma droga e imediatamente sai da fossa. O jovem que está dopado aparentemente é uma maravilha, porque ele se dopa, ele liga a TV preto e branco e assiste tudo colorido. Mas logo, a curto espaço de tempo, a droga vai fazer o efeito diabólico. Ele vai ligar a TV colorida e vai assistir tudo em preto e branco e um pouco mais na frente vai ligar a TV colorida e não vai ver mais imagem nenhuma.

Aquele que ainda não experimentou a droga, para que ele seja feliz, para que tenha uma vida saudável, procure se afastar daqueles que ficam instigando, tentando pôr na cabeça da namorada: "Experimenta que é gostoso!" O amiguinho viciado em droga tentando arrastar para o fundo do poço aqueles que ainda não experimentaram a droga. Não experimentem jovens. Porque para se tornar um viciado é questão de minutos. Pode ser uma vida inteira para você se libertar do vício.

Sr. Presidente, estamos hoje apresentando uma emenda ao projeto do Governador Requião que está estabelecendo um salário-mínimo regional diferenciado aqui para o Paraná. Só que ao contrário do que fez o Presidente Lula, e alguns outros Governadores, o Governador Requião mandou um projeto para que esse salário-mínimo entre em vigor apenas no dia 1º de maio. Consequentemente, tem gente que vai receber o salário com reajuste no final de maio ou na primeira semana de junho. E qual é a emenda que estamos oferecendo, para apreciação desta Casa? Que este novo salário-mínimo regional diferenciado entre em vigor agora, já, retroativo a 1º de abril, que é o mínimo.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Temos falado, aqui, há uma onda hoje no país, infelizmente, isto é uma desgraça, de reajustar preço de remédio, o preço da comida, o preço de tudo. Apenas o salário e a aposentadoria é que estão nesta marcha lenta, está mais devagar do que tartaruga. Se fizer um concurso para ver quem anda mais depressa, a tartaruga ou o salário do servidor público e do aposentado, a tartaruga vai ganhar, porque ela está andando mais depressa. Há tanta preguiça de quem tem o poder na mão para reajustar estes salários que o servidor público está sendo sempre, sempre, prejudicado. O aposentado, seja ele funcionário público, seja ele aposentado pelo INSS, é a mesma

coisa. É uma política discriminatória. Parece que tem gente que tem ódio, não gosta de quem é aposentado.

Mas o que estamos aqui oferecendo é o mínimo de contribuição que podemos oferecer, é esta emenda a este projeto do Requião. O Requião quer ficar bem com a classe trabalhadora do estado do Paraná, nada de dar este salário-mínimo a partir de maio, não. Vamos reajustar a partir de abril. O salário-mínimo concedido pelo Presidente da República já está em vigor. Por que esperarmos mais aqui no Paraná? Está errado!

Espero que os nobres colegas aproveem nossa emenda como uma homenagem de cada Parlamentar que está aqui, pela graça de Deus e pelo voto que cada um recebeu do nosso povo paranaense. Que nós retribuamos, agora, principalmente para a classe trabalhadora, fazendo com que o novo salário-mínimo regional do Paraná não entre em vigor em 1º de maio, não. Que ele entre em vigor, com efeito retroativo, desde 1º de abril, até porque o valor deste novo salário-mínimo não é o valor que a classe trabalhadora estava esperando. Estavam esperando um salário muito melhor aqui. Mas, neste ano, infelizmente, fizeram um entendimento em que está se criando um salário-mínimo regional diferenciado, mas num valor muito pequeno, muito aquém das reais necessidades dos nossos trabalhadores do Paraná.

Então, nobres Parlamentares, nosso apelo, em respeito aos trabalhadores do Paraná, vamos aprovar nossa emenda. Por que não? Para que este salário-mínimo melhore, já com efeitos a partir de 1º de abril, apesar de ser o dia da mentira. Mas, nossa emenda é uma realidade a este projeto do Requião. E com isto, naturalmente, estaremos aliviando um pouco o sacrifício que cada trabalhador tem feito neste Brasil para se sustentar e para sustentar também sua família. O trabalhador tem que ser mais malabarista do que o malabarista do Circo de Soleil para viver com um salário-mínimo tão pequeno, quando estão aí a CUT, o DIEESE, as entidades sindicais, para afirmar que salário-mínimo, como aquele criado pelo saudoso gaúcho de São Borja, o grande brasileiro Getúlio Vargas, o criador do salário-mínimo. O salário mínimo teria que estar, hoje, independente das afirmações das entidades sindicais, em torno de R\$ 1.400, R\$ 1.500, por mês. E já que é impossível neste momento ao Governador Roberto Requião criar um salário neste valor, o nosso apelo é para que nossa emenda seja aprovada, para que este salário vigore desde 1º de abril.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores. Quero saudar a presença dos grupos de escotei-

ros aqui, Guardião das Águas de Piraquara e o grupo Positivo. Parabéns.

Os grupos de escoteiros têm um trabalho muito relevante para a sociedade. Tenho as minhas três filhas que participam do Grupo Escoteiro Pingo D'Água ali na SANEPAR, e acompanho há uns 15 anos o trabalho do grupo de escoteiros. O que seria de nós se não tivessem grupos de escoteiros para ajudar as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens, a disciplina, os bons costumes. Parabéns pelo trabalho que vocês desempenham e contem com o apoio desta Casa.

Também quero anunciar, Sr. Presidente, que estou protocolando um projeto de lei nesta Casa no dia de hoje que tem por objetivo instituir a obrigatoriedade das auto-escolas existentes em nosso estado de reservar pelo menos três horas de aulas práticas das 15 horas que são obrigatórias embora muitas auto-escolas não têm praticado, não tem cumprido a obrigatoriedade das 15 horas práticas para a primeira habilitação dos novos motoristas. Mas destas horas estou propondo que pelo menos três horas de aulas práticas sejam reservadas para aulas em vias não urbanas. Porque a Polícia Rodoviária tanto Federal quanto Estadual é unânime em dizer que as estatísticas mostram que a grande maioria dos acidentes são causados por motoristas com carteira de zero a cinco anos, ou seja, novos motoristas. Como é feito? O motorista faz as suas aulas teóricas e depois tem as suas aulas práticas, mas sempre dentro da cidade. E V. Exas. viajam diariamente, semanalmente para as suas bases, e sabem muito bem que muitos motoristas inexperientes em estradas são passíveis de causar acidentes, e a maioria dos acidentes são causados justamente por motoristas sem habilidade para dirigir nas rodovias. O motorista tem uma carteira de habilitação, dirige dentro da cidade, normal até, ele pega o jeito fácil, mas quando ele sai numa rodovia é diferente. É diferente você dirigir numa rodovia do que dirigir dentro de uma cidade, o motorista não tem noção de uma curva perigosa quando o asfalto está molhado, não tem muita noção de como fazer uma ultrapassagem quando tem dois, três caminhões enfileirados, não tem noção de ultrapassar um caminhão ladeira abaixo, só que um caminhão ladeira abaixo pega velocidade muito rápido.

Então, grande parte desses acidentes são causados justamente por falta de prática. E nós podemos corrigir isso. Como? Instituído que pelo menos três horas de aula a auto-escola pegue o motorista e leve para a rodovia, saia fora do perímetro urbano e dê um treinamento para ele, indique para ele a noção do que é uma rodovia para quando ele sair da cidade, muitas vezes o motorista novo ele tem uma ânsia de quando chega um feriado: "Vamos à praia". Mas ele não tem nenhum tipo de treinamento para descer uma rodovia em direção às praias ou para retornar.

Então, é nesse sentido que quero com esse projeto, espero o apoio de V. Exas. para que consigamos instituir esse mínimo de três horas de aula prática para

garantir aos nossos motoristas um preparo melhor, principalmente quando ele for viajar com a sua família. E o estado, ele como é responsável pela autorização do examinador, responsável por habilitar os motoristas, e o DETRAN também tem a responsabilidade de gerenciar, fiscalizar, controlar e executar em todo o território do estado as atividades de trânsito, ele tem também como exigir das auto-escolas o cumprimento dessa regra, que acredito vai evitar muitos acidentes nas estradas do nosso estado e do nosso Brasil.

No feriado de Tiradentes saiu um balanço, aconteceram 1837 acidentes, com 97 mortes. Sabemos que 97 mortes foram na hora, mas ainda há pessoas internadas nos hospitais por conta desses acidentes, e poderão falecer no decorrer dos próximos dias. No Brasil perto de 50 mil pessoas, por ano, perdem suas vidas no trânsito e outro tanto ficam mutiladas em acidentes.

Então, é uma forma de evitar novos acidentes, principalmente com motoristas inexperientes nas rodovias do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos muitos assuntos para falar hoje, principalmente depois do discurso do Deputado Stephanes, sobre a questão indígena e a questão do MST.

Na questão do MST já existe um debate profundo com a sociedade brasileira. Mas a do índio fico preocupado quando escuto posições desse tipo.

É importante lembrar que as reservas indígenas são terras da união, não são dos índios. A união continua exercendo o poder sobre elas de fiscalizar. E a sociedade brasileira sabe muito bem que, quem está destruindo, desmatando a Amazônia, não são os povos indígenas. É importante lembrar também que uma reserva indígena funciona de uma forma parecida com um parque. Então, temos grandes parques nacionais.

Quando se estabelece uma reserva indígena é próxima a lógica de um parque, porque os índios têm uma relação com a natureza em preservar a sua cultura ancestral de preservação natural.

É difícil ouvir um argumento desse tipo. O velho argumento daqueles que colocam o lucro acima de tudo, mesmo que tenha que destruir aquilo que o Brasil tem de mais belo, de mais importante, que é a biodiversidade, da qual depende a sobrevivência da própria humanidade, que é a preservação da Amazônia. Teremos condições de debater esse tema com mais profundidade em um outro momento.

Queria saudar o povo paraguaio. A eleição de Fernando Lugo é um marco na história da América Latina. Temos que enaltecer essa mudança. Aquele que é um dos países mais pobres da América Latina. Enaltecer com espírito de generosidade. O Paraguai tem uma importância geopolítica estratégica para o Brasil. O Brasil tem uma dívida histórica com o povo paraguaio, como a Argentina e o Uruguai, pelo verdadeiro genocídio americano que foi a Guerra do Paraguai. Um país que foi destruído e que até hoje não se resolveu. Tanto que a poligamia passou a ser aceita porque, praticamente, todos os homens foram mortos.

Tenho certeza absoluta que o Governo Federal saberá encontrar uma solução muito boa e generosa para o Paraguai, porque aquilo que é bom para o Paraguai é bom para o Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto principal que me traz a esta tribuna diz respeito à questão da VIZIVALE, que foi muito debatida nesta Casa, os diplomas que precisam ser registrados de 35 mil professores paranaenses.

Aproveitamos a nossa estada em Brasília, fizemos duas Audiências com a Secretaria de Educação à Distância, marcada pelo Deputado Federal Ângelo Vanhoni, e reunimos praticamente toda Comissão montada na Audiência Pública, já que estavam lá os Prefeitos e os membros do Conselho de Educação, entre os quais o Presidente e outros Conselheiros da Conferência Nacional. Aproveitamos aquele momento para mobilizar a Comissão e reivindicar aquilo que acreditamos justo para os professores.

Tivemos uma notícia muito importante, no final da tarde de quarta-feira, relativa à reunião anterior que fizemos com a Secretaria de Educação Superior. Deputado Litro e Deputado Caíto Quintana estavam presentes. O encaminhamento dado naquela reunião surtiu efeito. O Dr. Esmaraldo Malheiros, que é o Procurador da Consultoria Jurídica do MEC, no final da quinta-feira, deu parecer favorável ao Conselho Estadual de Educação para que, definitivamente, se registrem os diplomas do curso da VIZIVALE e encaminhou esse parecer à Secretaria de Educação à Distância. Agora, o parecer precisa ser consolidado. O parecer foi encaminhado à Secretaria de Educação à Distância, com a qual nos reunimos duas vezes e, sendo aprovado por esta Secretaria, será encaminhado ao Ministro da Educação.

Por este motivo, vim a esta tribuna fazer uma solicitação e um apelo aos Deputados, porque há uma unanimidade basicamente entre nós sobre a importância desse registro. Estou apresentando uma moção de apelo ao Presidente da República Luiz Inácio da Silva e ao Ministro da Educação Fernando Haddad, para que reconheçam a criação do Programa de Capacitação para Docentes, oferecido pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE, com o objetivo de legalizar os diplomas de mais de 35 mil professores do Paraná.

Vou ler aos Srs. Deputados a moção. É uma moção em que solicito a assinatura de todos. Minha assessoria está trazendo o nome dos Deputados, em ordem alfabética, para que todos possamos apresentar, porque é a hora necessária de fazermos este instrumento democrático da moção, que representa o povo do Paraná através dos seus 54 Parlamentares nesta Casa.

(Lê):

“Senhor Presidente.

A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná, presidida pelo Deputado Estadual Péricles de Mello (PT) e demais Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUE-REM, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, moção de apelo ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que reconheçam a criação do Programa de Capacitação para Docentes, oferecido pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE, com sede em Dois Vizinhos, sudoeste do estado, com o objetivo de legalizar os diplomas de mais de 35 mil professores que concluíram o Programa no Paraná. Trata-se de uma solicitação justa e necessária. As aulas semipresenciais, com duração de dois anos, oferecidas pela VIZIVALE, começaram a ser ofertadas a partir de 2003, com autorização do Conselho Estadual de Educação.

O impasse sobre o registro dos diplomas dos professores paranaenses que concluíram o Programa, ofertando o título de graduação, está causando consequências drásticas. Aproximadamente 35 mil pessoas estão sofrendo com a demora na solução do caso. São histórias de luta, de sonhos e de conquistas profissionais, que cada professor se esmerou para conseguir. Uma conquista que não mediu esforços dos alunos que acreditam na capacitação em benefício da Educação. Não se discute, em nenhum momento, a qualidade do Programa e das aulas dadas, comprovados pelo sistema de ensino do ensino do estado.

A demora na legalização dos diplomas já está causando sofrimento e angústia para os professores que confiaram e acreditaram na implantação do programa.

A falta dos diplomas também atinge centenas de Prefeituras. Dos 399 municípios do Paraná, aproximadamente 300 estão enfrentando problemas em legalizar os cargos e novos contratos de professores concursados que se encontram irregulares devido à falta do documento. Os professores aprovados em concursos apresentaram, até o momento, certidão comprovando o término do curso. O programa da VIZIVALE contribuiu para sanar a falta de professores qualificados no estado. Os professores formados são qualificados para docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. A formação desses profissionais contempla o que determina a Lei de Diretrizes de Bases - LDB - 9394/96.

Esses milhares de professores esperam, agora, que o Ministério da Educação através da Secretaria de Educa-

ção a Distância, analise o Parecer nº 1182/02 do Conselho Estadual de Educação no Paraná, que autorizou a implantação do Programa no estado. O que se espera é que o Ministério reconheça a modalidade do Programa.

A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná assumiu essa luta, e com representantes das entidades envolvidas diretamente no processo, criou uma Comissão Especial para defender os direitos desses milhares de professores.

A Comissão esteve em Audiência, no dia 26 de março passado, com o Coordenador Geral de Orientação e Controle da Secretaria de Educação Superior do MEC, Jorge Augusto Pereira Gregory. O mesmo grupo voltou a se encontrar, nos dias 15 e 16 de abril, com o Secretário de Educação à Distância do Ministério, Carlos Eduardo Bielschowsky e com a equipe dessa Secretaria, para esclarecimentos sobre a legalização dos diplomas.

Em todas as Audiências, os técnicos do Ministério da Educação entenderam a gravidade do problema e demonstraram boa vontade na busca de uma solução definitiva. Consta também que o Consultor Jurídico do MEC, Esmeraldo Malheiros, já emitiu um parecer apresentando uma solução para o caso. A Comissão Especial está confiante nessa análise positiva e aguarda que esse documento confirmando a legalidade do programa seja homologado pelo Ministério da Educação.

Estiveram em Brasília, integrando a Comissão paranaense, o Presidente do Conselho Estadual de Educação, Romeu Gomes de Miranda; o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME/PR), Carlos Eduardo Sanches; o Diretor da VIZIVALE, Paulo Fioravante Giaretta; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato), José Rodrigues Lemos; a professora Lisa Cláudia Dala Nora representando todos os professores participantes do Programa e o Prefeito de Nova Laranjeiras, Eugênio Bittencourt, representando a Associação dos Municípios do Paraná.

Requer também que seja encaminhada cópia deste requerimento ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva - Palácio do Planalto - Praça dos Três Poderes - CEP 70150-900 - Brasília/DF; Ministro da Educação, Fernando Haddad - Esplanada dos Ministérios - bloco L - Edifício Sede - 8º andar - sala 80 - Gabinete do Ministro - CEP 70047-900 - Brasília/DF; Secretário de Educação a Distância do MEC, Carlos Eduardo Bielschowsky - Esplanada dos Ministérios - bloco L - Edifício Sede - sala 100 - 1º andar - CEP 70047-900 - Brasília/DF.

Sala das sessões, em 22/04/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO”

Acho que é o momento exato de realizarmos e assinarmos essa moção de apelo, porque talvez seja o momento mais decisivo que já tivemos nesse processo de quase um ano de luta da Assembléia Legislativa do Paraná para o reconhecimento dos diplomas do curso de Normal Superior oferecido pela VIZIVALE.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Sentimos que é uma questão complexa. Na conversa que tivemos com o Secretário de Educação à Distância, sentimos algumas resistências, mas explicamos a ele o seguinte: que a Secretaria do MEC de Educação à Distância não pode analisar esse programa pelo momento atual de legislação. Tem que analisar no momento em que foi liberado pelo Conselho Estadual de Educação, porque o contexto em que acontecia a educação à distância no Brasil naquele período era totalmente diferente do que acontece agora.

Então, não é com os olhos da atualidade que tem que ser interpretado esse problema, mas uma análise relativa àquele período, àquele momento histórico em que prevíamos a necessidade de qualificação de professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental. E, mostramos a ele, entendendo a responsabilidade da Secretaria, para que não inunde o Brasil com cursos particulares com objetivo de ganhar dinheiro, mas mostrando que caso não sejam legalizados esses diplomas, haverá um caos no Paraná. Como ficarão nossas crianças nas redes municipais de ensino, sem os seus professores?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, quero cumprimentar V. Exa. pelo esforço, pela determinação. Espero que possamos comemorar este feito, porque estaremos atendendo a milhares de professores. E V. Exa. pontuou e colocou uma questão aqui com a qual concordo. Há de ser analisado olhando lá atrás o momento que vivíamos. E é importante também citar aqui que foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação e foi ratificado pelo atual Conselho Estadual de Educação. Talvez não tenhamos sido claros, aqui, no encaminhamento do dia da votação do veto do Governador em cima do seu projeto, mas o nosso pensamento é este. É um momento diferente, mas lá atrás o objetivo é dar oportunidades para os professores, para que eles buscassem conhecimento, para melhorar o nosso ensino. Vou subscrever o seu requerimento ao Presidente da República, aos Ministros. Posso fazer uma torcida aqui para que isso se torne realidade. Estou concordando com o adiamento da votação do veto do Governador em cima do seu projeto da VIZIVALE, para que possamos aguardar o posicionamento do MEC. Logo depois do posicionamento do MEC, se necessário for, votaremos aqui e contamos com muitos votos para derrubarmos o veto, se necessário.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço ao Líder da Oposição por ter essa compreensão. Nunca divergimos sobre a VIZIVALE do ponto

de vista do conteúdo. Os 54 Deputados mostraram ao longo desse processo de reivindicação que todos estamos juntos. Tivemos uma divergência apenas de método, no momento. Acho que é um consenso entre nós. Agradecer muito a sua colaboração. Tenho muito otimismo nesta empreitada.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, um assunto chato de abordar, mas é necessário.

A cidade de Londrina amanheceu, na semana passada, com um problema de extraordinária gravidade. A cidade possui uma autarquia funerária e nenhuma funerária particular. Mas de uns anos para cá, esta autarquia autorizou um serviço, tanatopraxia, que é um serviço para que o morto dure mais tempo no velório. Chegam a tirar todo o sangue do falecido, substituem por uma injeção de formol, retiram os órgãos internos. É um serviço feito com bastante eficiência. O cidadão pode durar, às vezes, dias em um velório. É um serviço que em algumas situações tem a sua recomendação.

O que chamou a atenção e escandalizou a cidade é que algumas pessoas começaram a denunciar o serviço, se dizendo coagidas a pagarem uma quantidade não muito pequena. Os donos, os empresários dos serviços chamam o parente da vítima, mostram o cadáver ali na autarquia de serviço funerário e começam a tecer comentários, a respeito do cadáver, que vai inchar a barriga, sair líquido pelo nariz. Colocam em polvorosa o cidadão, o responsável, direto ou indireto pelo corpo do moribundo, e com isso consegue extrair dele, na unha desta conversa fiada, os recursos para manter este serviço de tanatopraxia. Digo isso, porque além de ser um escândalo da maior gravidade, o grupo de combate ao crime organizado do Ministério Público já está atrás dos responsáveis investigando.

É fundamental que a Assembléia Legislativa comece a discutir, para normatizar esse serviço. Ao que tudo indica, ele não é normatizado no Paraná, com os rigores de que seriam necessários. Por exemplo, num serviço de tanatopraxia não se afixam letreiros de forma bem visível e clara de que aquele é um serviço opcional, que não é um serviço obrigatório - não se deixa claro que aquele é um serviço de embelezamento, não é um serviço necessário e de saúde, e que aquele é um serviço pago, porque o estado não vai trabalhar no embelezamento de um cadáver.

Mas, pasmem os senhores, há uma possibilidade grande do conteúdo desses cadáveres estar sendo lançado, em galerias de água pluvial, indo ganhar diretamente os rios. Os trabalhadores desse tipo de serviço trabalhando

sem luvas, sem máscaras, em condições insalubres. Então, é necessário que discutamos isso. Estou encaminhado um requerimento ao Prefeito Nedson Miqueletti pedindo que ele, rapidamente, afixe, em locais visíveis a não obrigatoriedade deste serviço. E estou encaminhando um requerimento também ao nosso Governo para que passe a informar a esta Casa onde estão localizados os serviços de tanatopraxia no estado do Paraná, quem são as Secretarias responsáveis diretamente, se é a Secretaria de Indústria e Comércio ou de Saúde, e que tipo de observâncias legais o serviço deve ser feito.

Temo, espero que isso não se confirme, que estejamos diante de uma situação da mais alta gravidade, do ponto de vista da Saúde Pública no estado do Paraná. Isto sem, dizer que podemos estar diante de uma verdadeira arapuca - há de se verificar as suspeitas do Ministério Público na cidade de Londrina, estamos diante é de uma grande e bem armada arapuca que pega pessoas desavisadas, principalmente de baixa renda, que são as pessoas, muitas vezes, que não têm as informações necessárias para discernir naquele momento de dor, de sofrimento, naquele momento mais difícil da sua vida, Deputado Luiz Accorsi, e naquele instante, naquele momento é que o cidadão chega como que dando voz de prisão ao cidadão responsável, dizendo: "Olha, ou você faz o serviço que vai lhe custar 1.500, R\$ 2 mil, ou o seu pai, a sua mãe, vai inchar, vai apodrecer antes da hora do enterro, do féretro, naturalmente, da finalização do velório.

É uma coisa ruim de se abordar, ruim de se falar, mas é preciso tocar o dedo nessa ferida. Parece que a ganância não tem fim neste país e no estado do Paraná não é muito diferente. As pessoas fazem de tudo para que possam ganhar os seus proventos, inclusive extorquindo e abusando da boa-fé daquelas pessoas que na hora do sofrimento se vergam a qualquer tipo de argumento.

Era isso, Sr. Presidente, demais Pares. Muito Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, por 15 minutos.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não raras vezes ouvimos que a Assembleia Legislativa do Paraná divide-se em Situação e Oposição em todas as matérias que discute, em todos seus projetos e acho que não é bem assim. Existem momentos em que a representação paranaense da Assembleia Legislativa une-se sempre que o interesse maior do estado do Paraná se faz presente.

No dia de hoje, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, pretendo encaminhar um requerimento à Mesa para votar em Plenário, endereçado aos nossos Deputados Federais e Senadores do Paraná, a todos e de todos os partidos. Gostaria de ter a Mesa Executiva da Casa também como signatária deste documento, os Líderes de todos os partidos e blocos partidários e todos os Deputados para que nesse momento crucial em que se discute a PEC nº 233/08, que é da reforma tributária, os nossos Parlamentares Federais e Senadores - visto que não compete à Assembleia Legislativa legislar sobre o assunto - tivessem o empenho na aprovação em Plenário daquilo que já foi aprovado pelo Relator dessa PEC, Leonardo Picciani, com referência à incidência de ICMS sobre a geração de energia elétrica nos estados produtores.

Gostaria também, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que a exemplo de outras campanhas como a do pagamento de royalties pela geração de energia elétrica ao estado do Paraná, os veículos de imprensa do nosso estado também se engajassem nesta campanha para que nós, mobilizando paranaenses, entidades, pudéssemos exercer junto aos Parlamentares Federais a luta para retirarmos essa discrepância e essa discriminação existente quanto aos estados produtores de energia elétrica e de petróleo.

A fim de não ser necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de conversar com Deputado por Deputado para citar o teor do requerimento, eu o farei aqui e posteriormente apresentarei à Mesa após colher a assinatura de todos aqueles que, independente de partido político - entendendo que aqui se discute o Paraná e não o Governo eventual que possa estar dirigindo o Paraná - passemos essa demonstração da Assembleia Legislativa de defesa aos interesses do Paraná e ao mesmo tempo possamos, mais uma vez, mostrar a unidade desta Casa, dos 54 Parlamentares, sempre que fala mais forte o interesse do nosso estado!

O requerimento, Sr. Presidente, para que não haja confusão, não se trata aqui de estarmos aprovando um requerimento da Casa, pedindo que seja feito; é um requerimento endereçado aos nossos Deputados Federais e Senadores para que eles, no âmbito da sua competência, possam durante a votação dessa PEC tomar a defesa já tomada pelo Relator da reforma tributária no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O ofício é no seguinte teor:

(Lê):

"Senhores(as) Deputados(as), Senhores Senadores.

Como representante do povo do Paraná na Assembleia Legislativa, encarecemos o seu apoio e esforços durante todo o processo de tramitação da PEC nº 233/08 (Reforma Tributária) na Câmara e no Senado, para que a parcela equivalente a 2% (dois por cento) do produto da arrecadação do ICMS oriundo das operações interestaduais pertença ao estado de origem da operação. Inclusive nas operações interestaduais com petróleo, inclusive

lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.

É de seu conhecimento que o Paraná é o maior produtor nacional de energia elétrica, que é imune de ICMS nas operações interestaduais, impondo perda equivalente a 16% do ICMS anualmente arrecadado (R\$ 1,6 bilhões ao ano), com o regime atual de ICMS (alíquotas interestaduais de 7% e de 12%). Estima-se que com alíquota interestadual uniforme de 2% o impacto positivo seria de R\$ 143 milhões ao ano.

Felizmente o Deputado Leonardo Picciani, Relator da PEC nº 233/08 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, obteve êxito na aprovação do relatório, que modifica a redação original do Governo para o artigo 155-A, parágrafo 3º da PEC nº 233/08, para que as operações interestaduais do “novo” ICMS relativas a petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, sejam submetidas ao mesmo tratamento proposto para as demais mercadorias e serviços. Com isso o “novo” ICMS terá alíquota interestadual uniforme de 2% em todas as operações e prestações.

É de seu conhecimento que em 1988, no que diz respeito ao ICMS, os Constituintes mantiveram parcela expressiva da tributação no estado de origem (estado produtor). Mediante adoção de alíquota interestadual inferior à interna, o produto da arrecadação é partilhado entre os estados produtores e consumidores. A única exceção à regra, casuísmo inserido na Constituição pelos estados interessados na importação destes insumos desonerada de ICMS, acontece nas operações interestaduais com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, para as quais é adotado o princípio de destino integral, o produto da arrecadação pertence integralmente ao estado destinatário das mercadorias. Esse ditame constitucional obriga os estados produtores a desonerar os estados consumidores de um imposto que poderia se constituir por vezes em sua principal fonte de receita, o que compromete o seu desenvolvimento e o atendimento de suas populações.

O argumento usado durante a Constituição de que os royalties compensariam a imunidade de ICMS nas operações interestaduais não procede, tanto do ponto de vista financeiro quanto de mérito, porque royalty não é tributo, é uma indenização por danos causados pela impossibilidade de uso alternativo do solo para outra finalidade econômica, por exemplo para a agricultura.

Argumenta-se, ainda, para justificar a exceção à regra de tributação de ICMS nas operações interestaduais, que haveria possibilidade de uma concentração econômica e industrial nos estados produtores. Ora, se assim fosse, o mesmo critério (princípio de destino) deveria ser adotado em relação ao ICMS incidente sobre veículos, bens de capital, etc. Não fosse uma atitude casuística, porque os minerais, que também geram royalties e que eram tributados por imposto único até a Constituição de 1888, não foram incluídos

na imunidade da operação interestadual? O que não é aceitável para os estados produtores é que apenas para a energia elétrica, para o petróleo e para seus derivados tenha sido adotada a sistemática de cobrança integralmente no estado de destino.

É preciso restaurar a equidade de tratamento tributário e uniformizar a regra de incidência do ICMS. Com a reforma proposta para o imposto, que tem como trave mestra a uniformidade do ICMS, não há motivo técnico, jurídico, federativo ou econômico para excepcionar a regra geral que se aplicará às operações e prestações interestaduais. Este aspecto é especialmente relevante porque a proposta de reforma contempla a adoção de alíquota de apenas 2% nas operações e prestações interestaduais, parcela esta do produto da arrecadação de ICMS que pertencerá ao estado de origem. Nas operações internas é provável que a energia elétrica e vários combustíveis derivados de petróleo sejam enquadrados em alíquota nacional uniforme de 25%, sendo factível e justo que a pequena parcela de 2% do produto da arrecadação pertença ao estado de origem.

Certos de contar com sua colaboração, subscrevemo-nos.

Segue destaque do contido na página 16 do Relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para a proposta de emenda à Constituição nº 233, de 2008 - Relator Deputado Leonardo Picciani.

[.....]

Da mudança da tributação na origem para o destino e o princípio da isonomia em matéria tributária.

A exposição de motivos prevê que, com o novo ICMS, a arrecadação pertencerá preponderantemente ao estado de destino da mercadoria ou serviço, ficando o equivalente à incidência de 2% do imposto para o estado de origem. Caberá à lei complementar definir a forma como será tecnicamente manejado o modelo para que esse princípio seja atendido.

Entretanto, em vista de que exige condições bastante especiais para sua execução, são propostos comandos que permitem à lei complementar estabelecer a exigência do imposto pelo estado de origem das mercadorias e serviços, por meio de um modelo de câmara de compensação entre as unidades federadas.

Queremos aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, chamar a atenção para o fato de que o Sr. Ministro da Fazenda não teceu sequer uma, repetimos, sequer uma consideração acerca do tratamento anti-isonômico e discriminatório dispensado pela Proposta de Emenda Constitucional aos estados produtores de petróleo, seus derivados e de energia elétrica, na medida em que, em relação a todos os produtos tributados pelo novo ICMS, é feita a previsão de que dois pontos percentuais da alíquota caberão ao estado de origem, ao passo que em relação às operações com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica, o produto da arrecadação caberá integralmente ao estado de destino.

O silêncio do Ministro da Fazenda causa um ruído ensurdecedor, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pois, das duas uma: ou ele não percebeu o tratamento discriminatório previsto pela minuta e ele encaminhada pela equipe técnica de seu Ministério, ou, pior ainda, percebeu e, consciente de que era medida discriminatória incompatível com a ordem constitucional vigente, preferiu silenciar.

Por essa razão, somos pela inconstitucionalidade do inciso II do parágrafo 3º do artigo 155 - A que a Proposta de Emenda Constitucional pretende introduzir na Carta Política, propondo a seguinte redação para o dispositivo a fim de sanar o aludido vício:

II - a parcela do imposto equivalente à incidência de 2% sobre o valor da base de cálculo do imposto pertencerá ao estado de origem da mercadoria ou serviço, salvo nos casos de operações e prestações sujeitas a uma incidência inferior à prevista neste inciso, hipótese na qual o imposto pertencerá integralmente ao estado de origem.

Queremos aqui repetir que não serve de argumento a alegação de que a Constituição atual prevê regra assemelhada na alínea b do inciso X do parágrafo 2º do artigo 155, pois qualquer novo imposto que se pretende criar, e esse é o caso, deve se sujeitar ao respeito às cláusulas pétreas. Assim, um tratamento discriminatório previsto pelo texto original da Constituição não serve de argumento de justificação de emenda constitucional, na medida em que o Poder Constituinte derivado, diferentemente do originário, deve respeitar as cláusulas pétreas.

Caso o Ministro da Fazenda queira manter a regra atual, não revogue o imposto atual, mas corrija suas imperfeições.”

O SR. CAÍTO QUINTANA

Acredito ser absolutamente oportuno porque a hora desta discussão é agora. O Congresso Nacional deve votar a PEC nº 233/08 que é a reforma tributária e na CCJ o Relator já adotou os 2% dos 25 que possivelmente seja o imposto da energia elétrica dentro dos estados e que 2% apenas disso permaneçam nos estados geradores de energia.

O estado do Paraná tem inúmeras terras ocupadas, tanto por reservatórios, como por áreas de preservação desses reservatórios, gerando uma perda enorme nessa produção. Compensa-se com royalties. Mas e o ICM?

O Deputado Dobrandino encampou no mandato passado uma luta muito grande aqui nesta Casa, com referência ao ICM, para o município de Foz do Iguaçu, para os municípios lindeiros da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Qual a vertente jurídica sustentada por essa luta? É de que a água enquanto água é um bem natural. Ela se transforma numa mercadoria exatamente no momento em que ela passa na turbina e passa gerar energia elétrica.

Portanto, esse ICMS pertence aonde se produz o fato gerador. E aqui no estado do Paraná nós produzimos um fato gerador em cada hidrelétrica que está dentro do

nosso estado. E por incrível que pareça, quando vendida no linhão para outros estados, o Paraná nada recebe de ICMS sobre esse produto. E esse produto vai para São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, qualquer estado da federação. É utilizado na industrialização de produtos naqueles estados, é embutido no preço desses produtos e esses produtos são vendidos no Paraná, com cobrança de ICMS, quando nós estamos sem receber ICMS pela geração de energia.

Acho que é o momento preciso de colocarmos a nossa posição, independente de partidos políticos. Pedirmos aos nossos Deputados Federais e Senadores, também, independente de partido político, que se empenhem na votação da PEC, conforme saiu das Comissões de Constituição e Justiça e da Cidadania, porque nessa Comissão já foi aprovada essa emenda que dá aos estados geradores 2% de energia.

Poderemos ter no Paraná seguramente, com as novas hidrelétricas que estão sendo elaboradas no nosso estado, os seus projetos para construção. Nós poderemos ter já R\$ 200, 300 milhões/ano pelo ICMS gerado com energia elétrica.

O Sr. Ney Leprevost (PP) (Aparte)

Nobre Deputado, solicitei o aparte apenas para manifestar o integral apoio da Bancada do Partido Progressista nesta Casa Legislativa à proposta que V. Exa. apresenta. A sua idéia é extremamente positiva, justa. Eu e o Deputado Duílio Genari, o Deputado Belinati e a Deputada Cida Borghetti estaremos ao seu lado nesta empreitada em defesa do Paraná e em defesa da justiça em relação aos royalties da energia elétrica.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Agradeço o aparte, o apoio do Partido Progressista.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado, V. Exa. começou aqui e está quase terminando o seu pronunciamento, e tornou-se agradável.

Primeiro dizer que a Oposição não é contra tudo. A Oposição tem um dever maior de fiscalizar. Tenho um ato do Governador que foi agora pela manhã que eu concordo, está tomando uma atitude quanto à Polícia Militar, colocando à disposição dos policiais militares para as suas defesas. Porque um policial militar hoje, qual é o problema dele. Acontece algo na rua e ele tem que tomar uma atitude. Ele pede para revistar um cidadão e esse cidadão reage. O policial também deve reagir na mesma altura para tomar as providências de segurança. Se esse policial for denunciado ele tem que contratar um advogado para defendê-lo, senão ele vai ser julgado, condenado, e talvez com a maior razão. É uma atitude do Governador elogiar-lo. Agora, essa atitude de V. Exa., o movimento que V. Exa. inicia no dia de hoje, pode contar com a Oposição, porque é em defesa do Paraná, das causas do Paraná. Somos produtores de energia elétrica e temos que receber por isto. E por esta razão, por esta

questão tão bem colocada por V. Exa., pode contar com a Oposição, com este Parlamentar, nos somaremos à sua manifestação, à esta movimentação, para alertarmos os Deputados Federais, os Senadores, que saiam em defesa do Paraná neste momento, porque precisamos destes recursos para o desenvolvimento do estado.

Cumprimento V. Exa. e conte com a Oposição.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB) (Aparte)

Serei sucinto. O Bloco Independente, não diferente dos que nos antecederam, também dará este apoio incondicional a V. Exa. Além de parabenizá-lo pela iniciativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni e Pastor Edson Praczyk.

Creio, realmente, que toda vez que um assunto interessa ao nosso estado, não dividimos Situação e Oposição. Se faço este requerimento, neste momento, pedindo apoio dos Deputados, é porque o momento é agora. Estamos, encaminhados pelo Executivo, numa reforma tributária que poderá - e eu falava com a Deputada Rosane há instantes - começa a ter questionamentos entre a possibilidade de que o estado e município possam perder receita. Mas, se por um lado há este agravante, por outro é um momento preciso, que uma vez mais nossos Parlamentares - e eu sei que todos votarão a favor desta PEC; mas não é votar, é trabalhar - porque além da energia elétrica está se adotando 2% para petróleo e seus derivados.

Portanto, podemos somar apoios de outros estados e corrigir esta desigualdade que a Constituição fez. Se o Brasil, hoje, tem preocupação com geração de energia, se um estado como o Paraná é produtor desta energia, é o maior produtor nacional, não é possível que se penalize a quem fornece terras agricultáveis, rendosas, a quem está a gerar no próprio sistema criado pela ANEEL, que a própria geradora nossa, a nossa Companhia de Energia Elétrica, a COPEL, precisa vender para o sistema e comprar do sistema de volta.

Ora, estamos tratando de uma mercadoria! Energia elétrica é uma mercadoria, é um produto industrializado da água. Portanto, o Paraná pode e deve receber uma participação ínfima, como disse anteriormente, deve-se fixar em 25% a tarifa do ICMS da energia interna nos estados.

O que está se pedindo não é um aumento do preço ao consumidor. O que está se pedindo é que destes 25%, 2% do ICMS seja destinado ao estado gerador.

Passarei a V. Exa., Sr. Presidente, para colher sua assinatura, colher dos Líderes da Oposição, de todos os partidos de aliança ao Governo, para que possamos encaminhar o mais rápido possível aos nossos Deputados e Senadores esta solicitação da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado Caíto Quintana. Tenha a certeza de que toda esta Casa irá acompanhar esta sua extraordinária iniciativa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, amanhã é o Dia Mundial do Escoteiro. Aqui em Curitiba é comemorado também o Dia Mundial do Escoteiro. Estamos apresentando um projeto de lei, protocolando este projeto de lei hoje na Mesa Executiva, porque o escotismo está completando 100 anos, congrega mais de 260 países e territórios, sendo considerado o maior movimento mundial coeducacional para jovens não formal e de trabalho voluntário. Portanto, estamos protocolando esse projeto, criando o Dia Estadual do Escoteiro.

Peço o apoio dos Deputados a essa proposta, e quero registrar aqui a presença do Grupo Escoteiro Guardião das Águas e requerer votos de louvor ao Centro Escoteiro BS Colway, ao Vereador escotista Paulo Salamuni, à União dos Escoteiros do Brasil, ao Grupo Escoteiro Guardião das Águas e à Sra. Sônia Bonacin, que presta grandes serviços a esse Grupo Escoteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ribas Carli.

Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham aqui nas galerias, nos acompanham também pela TV Assembléia.

(Lê):

“Tenho ocupado a tribuna desta Casa de Leis para manifestar meu pensamento de que o Paraná precisa, efetivamente, de um plano de desenvolvimento econômico respaldado nas vocações e potencialidades de cada região.

Agora mesmo, nos debatemos com dados estatísticos sobre o avanço da criminalidade nos grandes centros urbanos, mais especialmente aqui em nossa capital, Curitiba. É evidente que a questão da criminalidade está intimamente ligada a fatores sociais, principalmente em cidades onde há excessiva concentração populacional, em contraponto à escassez de recursos para atender às demandas crescentes, nas áreas de Saúde, Educação, Habitação e geração de empregos. É espantoso que o Governo, até hoje, estando no seu 2º mandato, não tenha um projeto para o crescimento sustentável do nosso estado.

Quando falamos em aglomerações urbanas, não podemos ignorar que uma das causas está no êxodo rural, na migração da população interiorana para os centros urbanos. Junte-se a isso a falta de uma política agrícola

capaz de dar segurança tanto ao pequeno como ao médio e grande produtores rurais.

O desenvolvimento das regiões interioranas, contudo, não passa somente pelas vias rurais.

Quem ouve os Prefeitos, os Vereadores, as lideranças comunitárias dos municípios paranaenses, da grande maioria dos municípios paranaenses, percebe a angústia dessas localidades com a falta de projetos mais consistentes em outros setores da economia.

É simplesmente impossível conceber que uma Prefeitura, com seus poucos recursos, consiga dar conta do volume de investimentos necessários à implantação de novas unidades fabris, ao incentivo ao comércio e à prestação de serviços.

Nossos Prefeitos - Sras. Deputadas, Srs. Deputados - são verdadeiros heróis, tantas são as carências e as obrigações imediatas que batem às suas portas.

A maior parte de nossos municípios transformou-se em grande gerador de matéria-prima, principalmente com os produtos oriundos do meio rural, sem condições de industrializar sua produção e de agregar novos valores à economia local.

O que temos visto - insisto - são iniciativas das próprias Prefeituras, esforços isolados que poderiam estar respaldados em programas de grande alcance, com incentivos do Governo Federal e do Governo do Estado. Programas que aproveitassem o potencial adormecido das nossas regiões e as transformassem em verdadeiros pólos de desenvolvimento, gerando emprego e renda, com estímulo à formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e o aproveitamento dos profissionais que saem anualmente das nossas universidades.

O que mais entristece, Sr. Presidente, é saber que as poucas ações do Governo do Estado, ainda assim são extremamente limitadas. O maior exemplo está aqui, num tal de Arranjos Produtivos Locais, que leva a sigla de APL e tem entre suas iniciativas, o Programa Faça Bons Negócios com o Paraná. No último boletim informativo da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, publicado agora em abril, encontra-se impresso um mapa com todas as regiões que supostamente receberão apoio desses programas.

Estão anunciados investimentos nessas APLs na ordem de US\$ 16 milhões e 600 mil, quase a totalidade de órgãos não pertencentes ao Governo do Estado.

Para ser exato, foram anunciados US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, US\$ 5 milhões e 600 mil do sistema FIEP e SEBRAE, mais US\$ 1 milhão que seria a contrapartida do Governo do Estado.

Se esse dinheiro virá, eu não sei.

De concreto, até o momento, existem apenas comerciais desses produtos na rádio e TV Paraná Educativa. Espero, sinceramente, que os recursos anunciados um dia cheguem às regiões beneficiadas.

Da mesma maneira, espero que o Governo do Estado comece a se sensibilizar com a região central do

Paraná, e ao menos coloque aqueles municípios em suas previsões de incentivos.

É isso mesmo, Sras. e Srs. Deputados. Os municípios do centro do Paraná, que representam uma população de aproximadamente 600 mil habitantes, estão completamente de fora desses Arranjos Produtivos Locais. Nem isso o Governo se presta a fazer, nem mesmo inclui-los como uma previsão.

Apesar de todo o esforço dos técnicos da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, o programa peca por não ser uma proposta abrangente e por não abastecer os municípios com fórmulas permanentes de estudos e pesquisas econômicas.

O estado se configura apenas como um repassador de recursos advindos de outras fontes, sem se preocupar em conhecer as realidades locais, de buscar e sugerir novas fórmulas econômicas, de potencializar a inteligência existente em nossas universidades, de gerar auto-suficiência às unidades municipais.

Não bastasse isso, é simplesmente impossível entender e aceitar que uma região inteira fique de fora do único programa estadual que pretende ser um projeto de desenvolvimento, que pretende ser um apoio aos empreendimentos locais.

O centro do Paraná é responsável por uma das maiores produções agrícolas do nosso estado. Detém uma agricultura altamente tecnificada, com sucessivos recordes de produção e produtividade. É o maior manancial produtivo do setor madeireiro. Indústrias de ponta como de papel, malte cervejeiro, tecnologia em avicultura, turismo em crescimento e o setor universitário em plena expansão, são demonstrações claras de que a iniciativa privada e as Prefeituras fazem a sua parte.

E onde está o Governo do Estado? Cadê os programas, os incentivos? Onde está a pesquisa, os recursos, os projetos fiscais e de investimento? Pergunto: Temos uma política de fomento comercial e industrial, de desenvolvimento regional visando à descentralização e o progresso homogêneo do estado, sem concentrar a riqueza em áreas entulhadas de problemas sociais?

Eu pergunto aos senhores: qual seria a dificuldade do Governo, em pensar o Paraná não apenas pelo viés político, o viés da má-política? Existe algum empecilho ao Governo, a ponto de não incluir os municípios da região central nesses tais Arranjos? Mesmo que sejam arranjos, o justo é ser imparcial, é olhar o Paraná como um todo, ver as potencialidades, mas também suas dificuldades, encontrar o meio termo em prol do desenvolvimento equânime.

Nossos governantes têm diagnósticos suficientes para isso. Chamo atenção para um recente estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - o BNDES - que aponta a necessidade de os Governos repensarem as áreas carentes em nosso país. Sob o atual prisma, quando se fala em problemas cruciais, a primeira imagem que vem aos nossos governantes é a do nordeste brasileiro. Obviamente, não temos como

ignorar o grau de dificuldades enfrentado pelos nossos irmãos nordestinos.

Mas não precisamos ir tão longe. A região central do Paraná é onde se concentra o menor IDH do estado, o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Dos 10 municípios paranaenses mais pobres, sete estão na região de Guarapuava.

Para onde vai todo esse impacto? É claro que vai para o município maior, para o que está mais perto. O volume de investimentos em áreas básicas, como Saúde e Assistência Social, acaba tomando considerável parte dos recursos que poderiam ser geridos em setores produtivos ou mesmo na Educação.

Os municípios vivem sob rígida contenção de despesas, para que possam dar conta de tantas demandas. São reféns financeiramente do estado e da união. E são completamente órfãos em termos de projetos de desenvolvimento.

Em seu estudo, o BNDES elegeu áreas definidas como potencial adormecido e potencial emergente. Ou seja: não são localidades apenas com problemas sociais. São acima de tudo, localidades com um potencial de crescimento muito grande, maior que os problemas, e que precisam de investimentos para que possam dar vazão a essa capacidade reprimida.

Cito o programa do BNDES por considerá-lo eficiente para nossa realidade. Ele cria projetos sociais, mas sobretudo implementa incentivo às empresas, com linhas de créditos especiais, dando o aporte necessário para autonomia do setor produtivo e fortalecimento das economias regionais. Podemos agregar a isso o programa do Governo Federal, Territórios da Cidadania, com recursos para comunidades agrícolas. Se tivermos de um lado projetos representativos para os empreendedores urbanos e para os agricultores, fechamos duas pontas que certamente geram emprego e renda, segurando o homem no campo com o conforto indispensável a sua sobrevivência, diminuindo as desigualdades sociais que produzem a fome e a violência nas cidades.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Quero deixar aqui consignado meu protesto, que é o protesto de toda a gente da região central do Paraná, e nossa reivindicação de que o Governo deixe de ser um mero socorrista, um repassador de recursos, e assuma seu papel gestor da coisa pública.

Se todas as regiões se fortalecerem, o estado se fortalece, o próprio Governo se fortalece. O povo paranaense merece um Governo que fale a verdade por suas ações, um Governo de parcimônia, sem discriminação. Ainda acredito que chegará o dia em que estaremos aqui debatendo medidas concretas, projetos reais, e não simples estatísticas, meras pretensões ou arranjos de Governo.

Essa é a minha esperança. Tomara que seja de todos os senhores.

Obrigado pela oportunidade.”

Faço esse discurso, esse desabafo por essa divulgação feita no encarte do próprio Governo do Estado, que ilustra todos os arranjos, todas as APLs existentes no estado do Paraná e, mais uma vez, não é novidade para nós que representamos Guarapuava, que representamos todos os municípios da região central do Paraná, de que a região central está carente de investimentos. Deputado Romanelli, V. Exa. como Líder do Governo poderia nos ajudar para que APLs possam ser instaladas na região central do Paraná.

O mais chocante de tudo é que o Governo publica. O vácuo existente de investimento não é uma publicação dos municípios da região central, nem deste Deputado que vos fala, é uma publicação do próprio Governo do Estado, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL.

Então, gostaria que o Deputado Romanelli pudesse trazer informações, pudesse corroborar com o nosso pronunciamento para que pudéssemos ter um desenvolvimento e investimentos, mesmo que arranjos sejam mais equânimes no estado do Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Em primeiro lugar, queria registrar a importância do tema que V. Exa. está tratando dessa tribuna. Entendo que os Arranjos Produtivos Locais, do ponto de vista da modernidade em relação aos investimentos, seguramente, é a forma de organizarmos uma economia muito marcada pela agricultura, mas que efetivamente precisamos extrair o máximo possível desse potencial que temos. E ao mesmo tempo, aprovamos no ano passado, V. Exa. há de se recordar, uma autorização de um empréstimo no valor de US\$ 10 milhões justamente para desenvolver os Arranjos por motivos locais. Entendo que o que V. Exa. deseja encaminhar - principalmente nessa região central do estado que é uma região carente de investimentos, o próprio Governador Requião tem relatado essa preocupação, tanto que o nosso pleno desenvolvimento do estado contempla justamente essa região do chamado centro expandido do estado - o que V. Exa. deseja encaminhar, quero me colocar à inteira disposição.

Entendo que é um tema relevante e importante e que a profundidade que V. Exa. está falando do tema, certamente devemos tratar para poder avançar, para poder superar esses obstáculos que impedem o desenvolvimento.

Parabéns a V. Exa.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço o aparte, Deputado Romanelli. Na verdade bons programas, bons projetos devem ser enaltecidos. As APLs, mesmo que sejam por enquanto Arranjos, são bons projetos. Se somado ao Programa Território da Cidadania do Governo Federal, vai de encontro à questão nevrálgica da resolução do problema das regiões mais

pobres do estado. Mas, como representante da região central do Paraná, não admito que Guarapuava, que a região central, que os municípios mais pobres do estado fiquem sem investimento.

Fica aqui o meu desabafo, a minha desaprovação pela não instalação de Guarapuava e dos municípios da região central. Espero que juntamente com o Líder do Governo e com o Secretário possamos envolver a região central junto as APLs.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Obrigado pela oportunidade.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PSDB, com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estaremos dentro de alguns minutos discutindo o salário-mínimo regional. E há uma emenda dos Deputados da Oposição que diz o seguinte: “Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar, o vencimento básico e soldo respectivamente igual ou superior ao piso salarial mínimo”.

O que queremos com isso, Sr. Presidente? Tenho aqui a informação da Secretaria da Administração e quero fazer um questionamento. O meu pronunciamento poderia ser feito da seguinte forma: em quem eu devo acreditar?

No Secretário da Segurança ou na Secretária da Administração? Porque tenho os dados, os números, que estão no site da Segurança da Administração, onde o soldo de um Soldado de 2ª classe é de R\$ 287 e com as gratificações chega a R\$ 953. Deputado Rangel, V. Exa. deve ter ouvido do Secretário da Segurança que o mínimo de um Soldado da Polícia Militar era de R\$ 1.700. Alguém está com a informação equivocada.

A preocupação nossa, com a emenda dos Parlamentares que subscreveram, é de que o soldo de um policial militar não seja inferior ao salário-mínimo regional. Não estou falando das gratificações. O soldo do policial militar é de 287, somadas as gratificações chegam a 950, outros 630, uns 780, enfim, vai subindo conforme as categorias. Estamos colocando uma emenda onde o soldo será fixado pelo salário-mínimo somado às gratificações, porque o bom exemplo do Governo, do cidadão, é dentro de casa - ele começa de dentro para fora. Se o Governo, que está certo, deseja fixar o salário-mínimo mais alto do país, vamos estender esse benefício aos servidores públicos. Quem nenhum servidor público tenha o salário menor do que o salário-mínimo regional, porque o servidor da iniciativa privada é o salário-

mínimo, mais os adicionais, gratificação, insalubridade, hora-extra, soma-se ao salário-mínimo regional. Queremos que a lei seja igual para a iniciativa e para o serviço público.

Tenho certeza que estamos colaborando com o Governador, porque ele fez um amplo estudo para fixar esse salário-mínimo. Se ele fez um amplo estudo é porque a nossa economia suporta esse aumento e o estado também. Pequeno, mas significativo para aqueles que recebem o salário-mínimo. E queremos estender ao servidor público. Não podemos tratar o trabalhador de salário-mínimo de duas maneiras. Vamos dar tratamento equânime.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Parabéns pelo seu pronunciamento, que está corretíssimo.

Estamos fazendo diversos pronunciamentos pela oposição sobre esse valor ridículo do soldo no estado do Paraná, menos do que o salário-mínimo vigente no país. Deve ser muito fácil ser Governador. Ele pensa: “Vou aumentar o salário do estado do Paraná. Vai para 600, para 700. Não importa, quem vai pagar é o empresário.” É mais ou menos assim, porque dentro da sua própria casa os servidores públicos não têm o mesmo direito. Um policial militar, que corre risco de vida, chega a R\$ 114 de auxílio. É o que vale a sua vida. Como temos um dos menores efetivos do Brasil, o policial corre mais risco de vida, tendo apenas, não chega a R\$ 300.

Tenho certeza absoluta de que a Assembléia Legislativa vai apoiar na íntegra essa emenda, passando esse soldo de R\$ 300 para, pelo menos, um salário-mínimo vigente aqui no estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, para contribuir com o seu aparte eu somei aqui agora, rapidamente, se fixarmos o soldo ao salário-mínimo regional, o policial militar de 2ª classe vai receber R\$ 1.200 como salário. Acho que seria uma grande contribuição e um incentivo para a Segurança do nosso estado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Prezado Deputado Rossoni, entendo que o prezado Deputado Antonio Belinati está fazendo escola nesta Casa. E digo isso com o maior respeito, porque veja bem...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quando se agride não se tem respeito. São as palavras.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não estou agredindo, por favor, por favor, e nem estou dizendo a V. Exa. também. Vamos esclarecer...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ah, tá. Não, é que ao Deputado Belinati, estou dizendo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não estou agredindo também o Deputado Belinati. Estou dizendo que é uma escola de comunicação social, o Deputado Antonio Belinati, tenho dito sempre isto, que aprendo muito com ele quando ele fala aqui nesta Casa. Do limão se faz uma limonada.

Quero dizer a V. Exa. Deputado Rossoni, primeiro agradeço o parte, mas quero dizer a V. Exa. o seguinte: é um profundo equívoco. Primeiro vamos ver o que é Soldado de 2ª classe - já percebi que V. Exa. não sabe o que é - Soldado de 2ª classe é o aluno, é aquele que está na Academia, que não foi para as ruas ainda...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Nelson Justus, não vou dar o aparte ao Deputado Romanelli. Corto o aparte do Deputado Romanelli para que ele aprenda, de uma vez por todas, que quando concedemos o aparte, o princípio do respeito no aparte é importante. Dizer que eu não entendo? Eu estou falando aqui - não me interessa se ele está estudando, o que ele está fazendo, o que eu estou dizendo, eu não disse onde ele está - o que estou dizendo aqui, com todo o respeito, sempre quando tenho meus apartes, há pouco elogiei o Deputado Caíto, o que estou dizendo aqui é que um Soldado de 2ª classe tem um soldo de R\$ 287, mais as gratificações chega a 953. Se ele está estudando, o que ele está fazendo, eu não me reporteí a este assunto.

Então, para que o Deputado Romanelli, eu sei que é uma pessoa inteligente, competente, exerce aqui a Liderança do Governo, para que o Deputado Romanelli aprenda, de uma vez por todas, a não imputar a este Parlamentar que não tem conhecimento. Estou aqui lutando por uma causa, estou aqui com os dados da Secretaria da Administração. Estou, Deputado Romanelli, não impute a mim porque quem está ouvindo vai dizer: "O Deputado Rossoni está falando aqui sem conhecimento". Não é verdade.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Rossoni, apenas para contribuir com o senhor, o Governo do Estado, por diversas vezes utilizou os chamados Soldados de 2ª classe para o policiamento das ruas aqui de Curitiba.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, o Deputado Romanelli, com todo o respeito, não pode imputar desconhecimento deste Parlamentar, porque eu estava sendo claro, objetivo e transparente, informações de agora do site da Secretaria da Administração.

Mas, em outro debate eu darei o aparte ao Deputado Romanelli, como sempre lhe concedi, mas não posso permitir aqui imputar a mim desconhecimento,

quando estou aqui com o levantamento. Se acessar o site agora no seu notebook, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. vai ver que a informação minha é correta.

Desculpe, Deputado Romanelli, mas que sirva de aprendizado a nós Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PDT. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É claro que quando se fala em Segurança todos nós nos preocupamos, todos nós temos famílias, Deputado Douglas, lá em Campo Mourão V. Exa. sabe à quantas anda a falta de Segurança. Nós, na verdade, queremos, Sr. Presidente, contribuir, só contribuir.

Só um dado aí dos Soldados, Deputado Rossoni. Esse é um assunto palpitante e a sociedade espera uma atitude de todos nós e é isso que estamos tentando fazer aqui, senão daqui a pouco seremos questionados: o que é que nós estamos fazendo aqui? E é duro você ser questionado e não poder responder, ou responder: não sei o que estou fazendo. Então vá para casa! Mas as urnas se incumbem sempre de mandar para casa, as urnas estão cada vez mais inteligentes. Nós que sempre ocupamos os nossos mandatos, quando falo nós somos todos nós, através do voto e sabemos o quanto é difícil, mas ao mesmo tempo gratificante conquistar o voto de um eleitor e a responsabilidade que temos.

Então nesse caso, só de Soldados hoje que ganham R\$ 800, são 1.490 Soldados. Temos um contingente de 17 mil Soldados. Quando vemos a Polícia, o Governo, abrindo espaço para novos Soldados da Polícia Militar é apenas para ocupar o lugar daqueles que se aposentaram, daqueles que faleceram. Muitos deles, dos policiais militares, pelo menos em Curitiba e na região metropolitana, muitos deles faleceram e estão sendo também mortos, assassinados, porque estão prestando segurança para aumentar os seus ganhos! Isso precisa ser contado também, isso é gravíssimo, eles têm família, têm que sustentar a família e vão buscar salário fora da Corporação! Algo está errado!

Então, o que nós podemos fazer? Ficar quietos? Não é isso que nós vamos fazer e não fomos eleitos para ficar quietos aqui. É preciso uma atitude! Nós viemos aqui, falamos, falamos e o pessoal vai dizer: "Não refresca ficar só falando!" Mas nós temos caneta, não temos caneta para decidir. Quem já foi Prefeito aqui, é o caso do Jocelito, dos Deputados Duílio, Belinati, Dobrandino, Péricles, Cheida, Strapasson, Felipe Lucas e tantos outros - ah, o Deputado Rossoni já foi Prefeito.

Então, Prefeito tem caneta, ele decide! Os Parlamentares não têm caneta, o que os Parlamentares têm, os Deputados, os Vereadores, o Presidente que ocupa agora esta cadeira de tanta importância na democracia, esta cadeira da presidência, nesse instante, Deputado Zucchi, o que nós temos, os Parlamentares, Deputados, Vereadores, o que nós temos é gogó, temos que falar! É esta a nossa caneta, é a fala, falar, parlamento, falar, bater, cobrar! Não precisamos agredir ninguém, e não é esse objetivo e nem o papel principal da Oposição, aqui na Assembléia Legislativa, mas de alertar, de chamar a atenção.

Então, Deputado Rossoni, V. Exa. já foi Prefeito, sabe o que o Prefeito tem caneta. Deputado Elio Rusch não foi Prefeito mas com certeza o será um dia, e outros aqui também serão, então Deputado Rossoni, V. Exa. quando foi Prefeito de Bituruna tinha uma caneta cheia, não tinha? V. Exa. gostava de ter Oposição na Câmara, a Oposição lhe ajudava, contribuía, a Oposição tem um papel muito importante, o Deputado Carli está aqui, o pai dele é Prefeito em Guarapuava e sabem da importância da Oposição séria. Não a Oposição por Oposição, mas a Oposição propositiva.

Então fico pensando aqui, Deputado Romanelli Líder do Governo, nesse soldo. É claro, como é que os Deputados vão votar contra uma emenda. Ótimo, o salário regional, maravilha, eu sou empresário eu dou muitos empregos, nós damos. Temos uma equipe, nós temos hoje mais de 100 funcionários, 120 as nossas empresas. Nós sabemos quanto custa isso, mas eles merecem até mais do que isso. Mas acontece, que o funcionalismo público também merece e também precisa. Quero dizer, vamos dar o exemplo em casa para que ele seja estendido para toda a sociedade.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Posso interrompê-lo, para dar uma sugestão ao Líder do Governo. Ele tem condições de ligar agora para a Secretária da Administração. A Secretária de Administração pode mandar por escrito essa informação dessa discussão do Soldado de 2ª Classe.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Não, mas o Soldado de 2ª Classe, ele presta serviço à sociedade, também, até porque ele tem que praticar. O Deputado Romanelli sabe disso, ele tem que sair lá do Guatupê e vir para as ruas para praticar.

Tanto é que nas eleições passadas a pressa foi tanta em praticar que eles foram mandados, inclusive, para Guarapuava e um deles foi assassinado em Guarapuava. Por quê? Porque não estava preparado para aquela função.

Então, não estamos mentindo, não estamos inventando. Estamos apresentando uma emenda e ela justa, inclusive, com o apoio dos Deputados que apóiam o Governo aqui na Assembléia. Estendendo que o salário do funcionalismo do Paraná, não pode ser menor do que o salário-mínimo regional.

O que queremos é que o nosso funcionário público seja bem remunerado, seja prestigiado, porque ele é muito cobrado, todos os dias. Agora ele também precisa comer, morar. Olha, Deputado Romanelli, V. Exa. sabe, V. Exa. já trabalhou com as moradias do Paraná, casa própria, do povo, onde mora o nosso policial militar. Onde é que ele mora? Onde mora a família dele? Olha, em situações de risco, em locais de risco. É preciso ter um programa especial para eles. Não é esmola. O policial militar, ele não quer esmolas, é só procurar saber onde eles moram. Nós não estamos inventando absolutamente nada. O Deputado Accorsi, olha para mim agora e diz assim: “É verdade. Temos exemplos aqui.”

Então não estamos aqui, a fim de destruir Governo nenhum, pelo contrário, nós queremos apenas ajudar, queremos contribuir se isso for possível. Ajudar dizendo, contando, porque nem sempre levam as informações corretas para o governante.

Por isso que a Oposição é importante, Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Importante também, Deputado Luiz Carlos Martins, a emenda que eu apresentei porque esse salário-mínimo regional diferenciado entre em vigor agora, a partir de 1º de abril em não em maio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Inclusive, Deputado Belinati, assinamos juntamente com V. Exa. esta emenda.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Agradeço a importante assinatura de V. Exa. na emenda e a todos que assinaram e espero, que ela seja aprovada porque o salário entra em vigor de fato com o efeito retroativo, 1º de abril e não 1º de maio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Não estamos inventando absolutamente nada.

É só parar o Soldado e perguntar quanto ele ganha, onde ele mora, como é a vida dele, onde os seus filhos estudam e vamos chegar aqui e vamos votar a favor dessas emendas, não é da Oposição, creio que são emendas dos Deputados da Assembléia Legislativa. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDT) (Questão de Ordem)

Qual é a ordem das Lideranças dos Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No dia de hoje após o PMDB, tem o Bloco PPS/PMN, PR/PTB, depois Bloco PSB/PRB/PV e por último os Democratas.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Cláudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Prezado Deputado Líder da Oposição Valdir Rossoni.

Quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni, que quando me dirigi a V. Exa. dizendo que V. Exa. desconhecia, foi no sentido de que V. Exa. foi mal informado. O senhor é uma pessoa preparada, tem conhecimento das coisas. Mas, infelizmente a gente depende das informações de outras pessoas, para formar um juízo de valor de determinado tema.

Quero informar a V. Exas., que claro, está no site da Secretaria de Administração de forma transparente, como compõe-se o atual salário que recebe um policial no Paraná.

Até hoje, o policial de 1ª classe, ele está recebendo R\$ 1.636,48. Acabei de receber do Governador Requião a mensagem que enviou a esta Casa, onde será concedida uma correção do salário, de acordo com a lei que nós votamos no ano passado nessa Casa, no valor de 4,97%. Também será reajustado o salário do policial militar.

Quero explicar a todas as pessoas que desejarem saber mesmo! Soldado de 2ª classe é o aluno. Quando é que ele vira Soldado de 1ª classe? No dia da formatura. Está formado vira Soldado de 1ª classe. E aí vai até o prazo de duração do curso, que acredito que é pelo menos um ano de formação escolar do soldado.

Nesse período em que ele é aluno, há todo um processo de seleção, concurso público que é realizado de forma transparente. Se fosse regionalizado seria melhor, atenderia melhor as regiões. Mas de qualquer forma ele é extremamente importante, é descentralizado e aí tem as escolas de polícias. Quando ele está apto, depois de treinado e que ele vai ser formado, daí, claro ele se torna Soldado de 1ª classe. Esse salário que é pago de R\$ 853,43, é no período em que o aluno vai se tornar soldado de 1ª classe e está se formando.

É uma forma de garantir o quê? Que vai poder se dedicar de forma integral ao aprendizado, e vai se tornar um profissional bem qualificado no momento de entrar nas ruas, com todas as prerrogativas que um policial militar precisa ter para poder desempenhar bem o seu papel.

Mas quero dizer a V. Exa., que acompanhei o Governador Requião na viagem que fez agora a Porto Alegre. O evento que participamos é um evento muito interessante. Aliás, Deputado Praczyk, foi falado do projeto que V. Exa. apresentou, que nós aprovamos e que o Governador Requião sancionou, que o Paraná foi pioneiro em transformar a linguagem da ODF na linguagem padrão dos documentos públicos. Mas, foi um Fórum Internacional de Software Livre, estive lá representando nossa Casa.

Mas o interessante foi que eu conversei muito - quando o Governador se desloca, claro, é necessário que a Chefia da Casa Militar e do Governo, que recebe, claro,

coloca estrutura à disposição do Governador. E eu conversava com os Sargentos. Sabem quanto é o salário de um Sargento, no Rio Grande do Sul? R\$ 1.900. Um pouquinho acima do que ganha um policial militar. O que os Sargentos falavam: "Bom seria se aqui no Rio Grande do Sul estivéssemos ganhando um salário igual ao que se ganha no Paraná".

Acho o salário do Paraná bom? Acho razoável. Dentro das possibilidades do estado é razoável. Gostaria que pudéssemos pagar mais. Tanto que vai estar ganhando 5% a mais ainda agora, mais aqueles R\$ 200 para quem tem curso superior. Além desta modificação que será feita, de poder ser promovido depois de 10 anos. O Soldado poderá se tornar Cabo ou Sargento. Eu não sei exatamente dos detalhes, mas é um tema que ainda vai ser discutido por esta Casa.

O Sr. Deputado Cleiton Kielese (PMDB) (Aparte)

Queremos frisar uma visita que fizemos ao comando da Polícia Militar, fazendo um paralelo, porque V. Exa. citou que no Rio Grande do Sul. Nós temos este salário dos policiais militares, e eles recebem em duas ou três vezes, porque o Governo do Rio Grande do Sul não está tendo capacidade financeira para poder pagar em dia seus funcionários. Os Delegados do Rio Grande do Sul estão ganhando na faixa de R\$ 4 mil e 500. Os nossos Delegados estão ganhando, no mínimo, R\$ 9 mil. Os policiais militares, como V. Exa. citou, na Escola de Polícia eles ganham este incentivo ao se vincularem a Polícia Militar. Caso não tenham, realmente, o enquadramento necessário, psicológico, moral, e toda parte do rito processual que é necessário, eles não são aceitos na Polícia Militar.

Por isso, V. Exa. está coberto de razão em demonstrar que nós temos um dos melhores salários do país e vamos melhorar. Além do seguro de vida, que só três estados do país têm. No valor de R\$ 100 mil, independente de qual seja sua função. Mais o colete à prova de balas, o que nós temos no Paraná é o melhor do mundo. Pistolas ponto quarenta, as viaturas que estão sendo trocadas a cada 10 anos e tantas outras novidades que estão ocorrendo na área da segurança.

Por isso, parabênz V. Exa. está completamente dentro das normas que esperávamos, também na Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado pelas informações que traz a este pronunciamento. Ele soma. E eu entendo que nesta Casa é necessária que nós provoquemos um debate. Mas, é necessário que este debate sempre se pautar, claro, pela conduta ética que todos devemos possuir e ter e, ao mesmo tempo pelas informações claras, transparentes, objetivas. E não pela desinformação.

Por isso, quero dizer a V. Exas. que o que estamos fazendo no estado do Paraná é dentro das possibilidades. Quero ver qual o outro Governo da República que neste 1º de maio vai conceder um reajuste de 5%

para seus servidores públicos estaduais. É o impacto de R\$ 236 milhões por ano, a mais, pagos, de salário, para os servidores públicos estaduais. Eu me orgulho deste Governo e de ter um Governador como o Governador Roberto Requião, pela sua sensibilidade e capacidade de poder avançar e fazer com que possamos hoje estar discutindo a questão do piso salarial, que será o maior do país, R\$ 548.

Sinceramente, peço a V. Exa. por favor, o soldo a que V. Exas se referem é parte integrante de um conjunto que resulta num salário do policial militar. Por favor, não vamos desinformar a opinião pública e nem as pessoas, porque veja, sinceramente, V. Exas. são pessoas inteligentes, são pessoas capacitadas, não foi a toa que o povo os escolheu para estarem aqui. A Secretaria da Comunicação está preparando junto com a Secretaria do Planejamento e com a Polícia Militar do Paraná - que tem novo Comandante - um plano de cargos e salários. Esses penduricalhos de fato modificados e será feito integralmente numa única parcela, como é aliás o salário dos Deputados, dos Procuradores, dos membros do Ministério Público, ou seja, o salário é indivisível, todos ganham esse salário. O salário hoje é de 1.636 com 48, fora as vantagens pessoais, porque aqui você tem os quinquênios e as condições pessoais, cada um aqui pode, esse valor é um valor da tabela, quando você aplica à pessoa, e aí é personalíssimo isso, cada um modifica. Por isso que eu digo, esse salário aqui, claro que ninguém ganha só ele, ganha-se mais do que esse valor que está aqui. Agora, essa é a tabela seca, sem as vantagens de ordem pessoal, por isso que os salários sempre sobem mais em cada um dos valores.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado, só para dizer que o nosso questionamento é legítimo sim Deputado Romanelli. Por quê? O próprio Secretário, naquela reunião fechada falou a respeito do problema do soldo. Então o nosso questionamento aqui como representantes da oposição é sim legítimo, e nós levamos isso a frente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Entendo que V. Exa. podia até falar quando não sabia, quando desconhecia por má informação. Tendo a informação, V. Exa. processa essa informação, é uma pessoa inteligente, certamente não repetirá mais aquilo que obviamente não tinha o conhecimento, como é que de fato funcionava. Tenho o conhecimento, claro, V. Exa. não terá razão para insistir num equívoco. Por isso que eu respeito V. Exa. e cada uma das Sras. Parlamentares e Srs. Parlamentares, e agradeço Sr. Presidente pelo minuto que me foi concedido aqui, para poder terminar de fazer essa exposição. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa. Com a palavra Bloco PPS/PMN. Com a palavra Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados, vou usar o horário da Liderança hoje, para destacar aqui um trabalho que o partido vem realizando no Paraná inteiro, que V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, tem ajudado muito junto com o Deputado Felipe Lucas, e que o nosso Presidente, o ex-Deputado Rubens Bueno, tem percorrido o Paraná inteiro na formação dos quadros do partido, aquele curso obrigatório que os pré-candidatos a Vereador estão fazendo nas suas regiões.

Então, estávamos fazendo aqui um levantamento das pessoas que já fizeram esse curso, já quase 2.000 pessoas fizeram este curso. O curso trata do Poder local, os temas que nós discutimos nesse curso: o Poder local, os princípios do partido, do PPS, a agenda 21, marketing eleitoral e legislação eleitoral. Todos são importantes. Mas quando chega no tema legislação eleitoral é impressionante, Deputado Marcelo, a quantidade de perguntas, os questionamentos, o quanto as pessoas participam. Porque realmente afeta a vida do interessado ali, do candidato o Vereador. Eu fico às vezes olhando, se discute bastante temas aqui na Assembléia Legislativa, e hoje vários temas, mas destaca aqui que foi conversado, falado sobre desenvolvimento local, é um assunto que nós tratamos dentro do partido, se falou em microrregiões, em desenvolvimento das regiões, em fortalecer as regiões, porque as pessoas estão saindo das pequenas cidades e indo para as grandes cidades, enfraquecendo as pequenas e superlotando as grandes cidades, e aí tem problemas de segurança e diversos outros problemas.

Então, nesses cursos do partido, do PPS, nós discutimos esses temas. E chegou a vez de Curitiba. O PPS vai discutir amanhã o curso de formação política para os pré-candidatos a Vereadores aqui de Curitiba do PPS. Foi um trabalho bairro a bairro, reunindo lideranças do partido e hoje temos quase 150 nomes que irão disputar uma cadeira de Vereador.

Queria convidar os Deputados, os simpatizantes com o PPS. O nosso pré-candidato Rubens Bueno buscará apoio de outros partidos. E a nossa preocupação também é na parceria com outros partidos. O PDT parece que tem feito um trabalho parecido. É fundamental, para quem pensa em fazer boa política tem que se preocupar com a formação do seu quadro.

Ouvi há pouco o Deputado Luiz Carlos Martins falar que o povo está de olho. É realmente, o povo está de olho nos políticos.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

Temos que considerar, e o Paraná inteiro sabe disso, que o PPS é o partido que melhor forma seu quadro, com muitos cursos.

Precisamos é isso, colocar alguém na rua para defender um projeto, desde que tenha conhecimento disso. E o PPS tem feito assim de uma maneira muito satisfatória essa preparação. Temos admiração por esse trabalho.

Gostaria que V. Exa. dissesse o local, horário desse encontro. O PDT e o PPS têm feito algumas reuniões de direção para que possamos estar juntos em alguns projetos. E o Rubens Bueno tem hoje uma boa projeção. E é uma das candidaturas que temos interesse em trazer para uma discussão e fortalecer uma idéia, porque o projeto tem que ser para 2008, 2010. Tem que haver uma sequência de ações para estarmos fortalecidos em grandes idéias. Principalmente nas eleições de Curitiba.

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Deputado Edgar Bueno.

O curso será amanhã no Hotel Del Rey às 18h, todos estão convidados.

As lideranças do partido estão conversando, não só para 2008, mas também para 2010. Temos candidatos em várias cidades, assim como também o PDT tem candidatos.

Tenho certeza que, trabalhando junto e pensando em melhorar o Paraná, em melhorar Curitiba.

Aproveitando que ainda tenho uns minutinhos quero falar de Curitiba. Um caso específico que me chamou a atenção. Não sei quais são os Deputados que têm o privilégio de viajar de ônibus, mas eu tenho feito isso constantemente, até por que, venho de Campo Mourão para cá e venho de ônibus. Ontem, saí de Campos Mourão por volta das 23h e cheguei aqui 6h da manhã. Viagem de ônibus você chega cansado, não dorme direito, um burquinho aqui, outro ali, porque o asfalto já não está mil maravilhas que nem estava na campanha, enfim. Chega aqui uma fila enorme para pegar o táxi, fui lá e me coloquei na fila. Cheguei no meu lugar, o último da fila, e fiquei lá. Demorou mais de meia hora para poder chegar até o táxi. Não era só o Deputado Douglas que estava lá com três malas na mão, tinha mulheres, crianças, jovens, pessoas cansadas que viajaram a noite inteira e chegando ali tiveram que esperar meia hora na fila.

Para quem está só viajando de avião para cima e para baixo não tem problema. Agora, se olhar o que o povo está passando é dificuldade. Enfrentar meia hora de fila não é problema, acontece que quando cheguei tinham guardas, vestidos de verde, todos cheios de querer apitar, aquele apito ardente e irritante, de madrugada. Chegou a hora de eu embarcar num táxi e o rapaz falou assim: “Vai lá na frente!” Peguei e fui lá na frente. Chegando lá veio outro guarda daqueles. Sabe o que ele me falou? “O Senhor tem que pegar a fila!” Eu falei: “Mas eu estava na fila faz mais de 40 minutos!” “Não, mas o senhor tem que

pegar a fila!” Eu falei: “Não, mas como é seu nome?” Aí ele falou o nome dele: “Juliano, por quê?” Olha, uma falta de educação dos guardas para atenderem o povo.

Não sei se é o Governador, se é o Beto Richa que é o Prefeito, quem é que é, só sei que o povo não está sendo bem atendido ali na rodoviária. A rodoviária aqui de Curitiba. É um monte de gente que chega. Não sei se as pessoas não se prepararam para o feriado, só sei dizer, V. Exas., que precisamos ficar de olho, com o que estão fazendo com o povo nas rodoviárias. A rodoviária está suja e atendendo mal o povo. Os guardas colocam o povo numa fila mal organizada, como se fossem animais, não cuidam das pessoas.

Para encerrar este assunto, quero deixar registrado, que os guardas que ficam na rodoviária de Curitiba não estão atendendo bem a população. População que, às vezes, viaja a noite inteira, vem de vários lugares do estado, chega cansada, tem mulher, tem criança e tem que ficar numa fila mais de 40 minutos e os guardas, a hora que chega o momento de embarcar no táxi, ainda mandam voltar para fila. Então, é um desorganização total. Isso eu tenho acompanhado há vários dias, muitas vezes tenho, ido e voltado de ônibus. Então, quero deixar este registro, aqui, para que as Lideranças que são responsáveis por esse fato resolvam esse problema. Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PR/PTB. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto pelo tempo regimental de 10 minutos.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos, neste fim de semana, acompanhando as eleições do Paraguai e gostaria de mostrar alguns dados desse balanço que foram as eleições no Paraguai. Uma eleição muito tranqüila, diferente daquilo que pregavam algumas pessoas. Uma eleição, que ganhou o povo paraguaio porque não se converteu ao poder econômico do partido Colorado - 61 anos no poder. Venceu uma proposta de mudança e, acima de tudo, 65% do povo paraguaio compareceu às urnas com apenas 1% de votos nulos.

A eleição pareceu muito bem conduzida pela Justiça Eleitoral, com observadores do mundo inteiro presentes. Nós estivemos no colégio eleitoral acompanhando o desenrolar das eleições e vimos uma eleição muito parecida com a nossa. Deputada Beti, um dado bom: o dinheiro não compra mais eleição. A mídia não compra mais eleições. O partido Colorado tinha todos os táxis alugados em Assunção. O candidato Lugo não tinha nenhum e o General Lino nenhum. Só se via Colorado para todo lado. De cada 15 carros que chegavam para

votar, 20 eram Colorado. Os outros não apareciam. Acho que o povo fez aquilo que há muitos anos ando ensinando: pega o dinheiro de quem oferece e vota contra. O resultado nos anima, a nós que fazemos candidaturas e eleições sem estarmos envolvidos com grupos políticos. Parabéns ao Paraguai. Eu apoiava o candidato Lino que é o nosso amigo aqui no Paraná e o próprio Lino sabia das pesquisas, que não venceria as eleições, mas participou. E eu aprendi mais um pouco, fiquei 5 dias no Paraguai e aprendi um pouco mais com os paraguaios e principalmente fui até o fim, não abandonando o barco em momento algum. E parabéns em especial ao Paraná, ao grande marqueteiro do Lugo que foi o nosso Pissetti, que me mandou uma mensagem às 21h do domingo dizendo: “Jocelito, quá, quá, quá...” Eu adorei. Mandeí outra de volta dizendo: “Parabéns pela merecida vitória”. Aliás, ele fez uma música sensacional para o Lugo que tenho certeza que é paranaense. Uma música que fala do coração. Parabéns ao Pissetti, que nós criticamos aqui, que foi ao Paraguai no horário de serviço. Vai ter que pagar por isso, mas como marqueteiro foi bem. Vai ter que prestar contas do resto. Ganhou mais uma.

Ouvi agora aqui, mais uma vez, a discussão da Segurança Pública. Quem é que não quer aumento? Diga-me um dos funcionários desta Casa que não quer aumento? Diga-me um dos senhores que estão me assistindo na televisão, que é empregado, que é funcionário, que não quer aumento? Alguém gostaria de ganhar aumento? É claro! Todo mundo quer o aumento, é natural. É justo que ganhem. Acho que até o Governador Requião deveria fazer duas coisas importantes na Polícia: primeiro, pegar aqueles policiais que estão na estrada, viajando, um dia sim e outro não, e colocá-los nas suas cidades de origem ou o mais próximo possível, para evitar aquelas viagens que fazem. Por exemplo, de Ponta Grossa deve ter uns 150 policiais aqui que vão e voltam a cada dois dias. Deveria se achar um jeito de deixá-los por lá.

Outra coisa que o Governador podia fazer para ajudar os policiais é pagar a URV que muitos Poderes já receberam. O Tribunal de Contas, o Ministério Público recebeu e os nossos policiais não receberam. Acho que essa é uma medida correta, a partir do momento que outros Poderes receberam.

Agora, você fala de Segurança. Vejo o Deputado Leprevost dizer: “Que barbaridade! O policial vai para as ruas sem estar formado”. Aí vejo o Deputado Luiz Carlos Martins dizer: “Mas claro, ele tem que ir”. Por que ele tem que ir? Porque tem que aprender. Mas, ele não vai sozinho para as ruas. Quem conhece as ruas sabe disso. O policial sempre vai acompanhado de alguém experiente com ele.

Vi o Deputado Martins falar também que um policial foi assassinado. Tenho a recordação aqui de que um policial em um confronto com uma pessoa, um policial aqueles que saiu antes da hora, teria atirado em uma pessoa que teria morrido. Pelo menos é o que me consta.

Quanto à questão da formatura dos policiais, antecipada, acho que os policiais que estão aí estão cumprindo a sua parte. Tivemos acho que um único incidente a respeito disso. É um sinal que estão bem. Cumprimentar os nossos guerreiros policiais da Polícia Militar e da Polícia Civil de Ponta Grossa e dos campos gerais. Muitos reclamam que faltam policiais. Neste mês, em Ponta Grossa, foi furtado apenas um veículo e duas motos. Outro dado surpreendente, hoje, Ponta Grossa, 22 dias sem homicídio, sem ninguém matar o outro. Isso é melhor do que Abel e Caim, porque foi escrita a Bíblia e no dia seguinte um matou o outro. Então, não é caos. Temos que criticar, quando tivermos que criticar, e cobrar, quando tivermos que cobrar. Vou fazer um levantamento e na semana que vem vou trazer aqui dados sobre Segurança em outros estados. Vou buscar também holerites de alguns policiais, do velho, do novo, do meio - tenho muitos amigos da Polícia - para tirarmos essa dúvida de que um cara ganha 800 e outro 1600. O Governo fala uma coisa, a Oposição fala outra.

Cumprimentar a nossa Delegada, Dra. Araci e toda a sua equipe da Polícia Civil, o Comandante Jorge, por causa dos 22 dias sem nenhum crime, em uma cidade com quase 400 mil habitantes. Um veículo furtado, que não sei se já não foi recuperado. Em Curitiba não se recupera o que é furtado. Em Ponta Grossa furtam, pegam na esquina, usam para dar uma passeadinha e só. Não é um mar de rosas ou um céu de brigadeiro Ponta Grossa, mas são os menores dados no Paraná, hoje, em relação à sua população. Deve-se isso, primeiro, ao povo que é bom, é um não matando o outro, com todas as suas desigualdades sociais e seus problemas. É a nossa cidade de Nossa Senhora de Santana, protetora de Ponta Grossa. E assim vai pelos campos gerais.

Falam que o Deputado Jocelito num dia bate e no outro assopra. Fico feliz com isso, porque é sinal de que não tenho o rabo preso com ninguém. Se tiver que bater no Governo, eu bato. Se tiver que elogiar, eu elogio. Não sou da Oposição e nem da Situação. Falo o que penso. Acho que tenho uma posição maravilhosa e quero continuar assim e falando o que é bom. Não vou fazer demagogia, para querer me promover, porque tenho 43 anos de idade e ao longo deles, faz 36, 37, que escuto que a Segurança está mal, o policial não tem casa, o fulano não tem isso, falta emprego, falta aquilo, tem que melhorar o salário, tem que melhorar o emprego. Não conheço ninguém que não queira melhorar o salário. É por isso que rendo as minhas homenagens à nossa Polícia, à de Ponta Grossa e à dos campos gerais, que está muito bem. Dá inveja para muita gente, porque a Polícia é boa - falta gente - o nosso povo, com todas as desigualdades sociais, é de muita paz, é um povo de Deus.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Bloco PSB/PRB/PV.

(**Declina**)

Democratas. Concedo a palavra ao Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiro dizer aos senhores que ouvi atentamente os Srs. Parlamentares que se manifestaram em relação ao salário-mínimo regional, já instituído aqui no estado do Paraná e que está aqui na Casa para ser reajustado. E ouvia também atentamente os Srs. Parlamentares que fizeram algumas considerações em relação ao soldo que os policiais militares do nosso estado recebem.

Quando foi instituído, Deputada Beti, o salário-mínimo regional no estado do Paraná, e a lei federal permite que os estados possam legislar sobre o piso salarial regional, naquela ocasião já levantamos a seguinte tese: que nenhum funcionário público poderia receber menos do que o salário-mínimo que o Governador do Estado estava querendo instituir no estado do Paraná.

Naquela época, se não me falha a memória, tínhamos algumas pessoas da área administrativa, principalmente na Secretaria da Educação, recebendo 200 e poucos reais, bem abaixo do próprio salário-mínimo nacional.

mas tudo bem, acho que isso é coisa já passada. Mas o que eu quero dizer neste momento, Deputado Valdir Rossoni, independente se o Soldado da classe 1, classe 2 está na rua fazendo o seu trabalho de policial, trazendo segurança para a população do nosso estado, se o Soldado da classe 2 ou 1, e 2, conforme disse o Líder do Governo, é o policial que está na escola, ele não está na rua ainda, vamos até admitir, Deputado Valdir Rossoni, eu não conheço a área técnica, eu não sou especialista, quem conhece isso é a Secretaria da Administração e quem conhece exatamente, efetivamente, onde os policiais estão lotados, se estão na rua, se estão na área administrativa ou se estão na escola, é a Polícia Militar.

Agora, o que eu quero dizer, o que eu quero entender, Srs. Parlamentares, vamos fazer um raciocínio. Perguntei agora para a Deputada Rosane: Deputada Rosane, uma enfermeira, independente se formada, padrão, auxiliar, seja lá o que for, ela tem um salário no hospital, independente se o hospital é público ou privado, ela tem um certo percentual sobre insalubridade. Essa insalubridade se aplica sobre o quê? Sobre o salário.

Então, vamos entender comigo, Srs. Deputados. O que é soldo? O que é soldo na Polícia Militar? Soldo para mim é salário. O policial militar, Deputado, não tem salário, ele tem soldo. Agora, além do soldo, ele tem suas vantagens a mais. Mas o salário básico, seja do Soldado na escola ou na rua, até o Coronel, ele tem o seu soldo, que nós, da iniciativa privada, chamamos salário.

Ora, se o Governo do Estado, Srs. Deputados, quer instituir um salário-mínimo regional, como instituiu, e aumentar o salário-mínimo regional para a iniciativa privada e para que os hospitais que pagam menos para as suas enfermeiras, ou paga menos para auxiliares, que devem estar contempladas pela lei do piso salarial

mínimo no estado do Paraná, sobre esse salário-mínimo existem exatamente os adicionais, seja hora extra, seja no final de semana trabalhado, ou seja insalubridade, seja saúde periculosidade, tudo isso é sobre o salário que o funcionário ganha no setor privado.

Então, se queremos dizer que o Paraná tem o maior salário-mínimo vigente no país, ora Srs. Deputados, para dizermos que temos o maior salário-mínimo do país, de todos os estados que compõem a federação, temos que dar o exemplo, porque eu quero que você tenha que pagar, mas eu não preciso cumprir? Estes ajustem têm que ser feitos! Chama-se o comando da Polícia Militar, conversa-se com os Comandantes, tem que se corrigir o soldo do policial militar, seja ele Soldado ou graduado, independente de quem quer que seja. O soldo dele é o salário que ele vai receber, o soldo não pode ser menor que o mínimo que o Governo do Estado está querendo aplicar e aplica para o setor privado! Isso nós vamos discutir na hora de discutir a emenda e o projeto, na hora do mérito.

Queria falar um outro assunto, Srs. Deputados: parabenizar o Deputado Caíto Quintana pela iniciativa de apresentar aqui um requerimento para ser enviado ao Congresso Nacional para uma correção dessa injustiça tributária que existe hoje no nosso país!

Srs. Deputados, tudo que se produz no país é tributado na produção, tudo é tributado depois sobre o adicional, na venda, seja da indústria para o atacado, do atacado para o varejo e do varejo para o consumidor, e tudo isso é tributado! Mas a tributação, no Paraná, sobre toda a mercadoria é na produção, com exceção da energia elétrica. A energia elétrica é tributada na ponta, no consumo. Vejam a injustiça no estado do Paraná, já levantamos isso aqui na Assembléia, por inúmeras vezes. Sabem como é que eles conseguiram isso naquela época? Foi São Paulo que conseguiu, num momento de cochilo, na elaboração da Constituição Federal. São Paulo que teve a maior Bancada na Constituição, quando foi elaborada, em 1988. Mais precisamente no artigo 155 que fala da tributação dos estados da nossa nação eles falaram o seguinte.

Tudo bem, não vamos aprovar os royalties, instituir os royalties, porque Itaipu, naquela época faturava US\$ 170 milhões por mês, hoje é muito mais. Sobre isso se paga royalties. O consumidor também paga e o Governo Federal repassa para a ANEEL, a ANEEL por sua vez repassa para os estado produtores. No caso de Itaipu, especificamente, 45% dos royalties são para os municípios, 45% para o estado do Paraná, 8% para a ciência e tecnologia do nosso Brasil e 2% para a ANEEL. Essa é a distribuição dos royalties. Aí a Bancada de São Paulo com outros estados que são os grande consumidores da energia que nós produzimos falaram o seguinte: "Nós vamos aprovar os royalties, mas vamos isentar o ICMS sobre a energia elétrica exportada de um estado para outro." Que bela jogada fez São Paulo naquela ocasião. Nós produzimos a energia, nós perdemos as nossas terras, nosso pessoal vai embora e São Paulo consome a nossa energia, São Paulo gera emprego, São Paulo gera desenvolvimento, cobra o ICMS do consumidor e fica com 100%.

Sr. Presidente, São Paulo cobra ICMS lá do consumidor, 27%. Fica com o integral, com os 27% para o caixa de São Paulo e não repassa um centavo para os estados produtores de energia elétrica. Agora, pela proposta nos parece uns 2%, 3% que seriam destinados para os estados produtores da energia, que é pouco, mas que já ajuda.

Sobre esse tema gostaria de ir uma próxima vez falar ainda, porque o Deputado Caíto Quintana lembrou muito bem que a energia elétrica é uma mercadoria, sim. A energia elétrica é uma mercadoria invisível, mas ela é produzida pela água, mas só a água não produz, é a barragem e a casa de força que formam o complexo industrial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança da Oposição.

(Declina).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 228/08, subscrito pelo Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, encaminhando atestado médico para justificar suas ausências nas Sessões Plenárias dos dias 16 e 17 deste mês. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 085/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a redução da alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de motocicletas e automóveis a serem utilizados por empresas de segurança privada. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 086/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, a reforma e construção de uma sala na Escola de Educação Especial Maria do Rosário Torre, em Santa Cruz do Monte Castelo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 087/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a implantação do curso de Engenharia Ambiental na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *campus* de Foz do Iguaçu, para o ano letivo de 2009. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 088/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, auxílio imediato aos desabrigados no município de Maringá, em razão da chuva de granizo,

no dia 21/04/08. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 776, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 23/04/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que assegura aos Ministros de todos os cultos a assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 834/07

P A R E C E R :

Parecer

Analisando-se as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, observa-se que visam justamente garantir a aplicação da Carta Magna Federal, assegurando aos Ministros, Sacerdotes, Diáconos, Monges, anciãos, colaboradores ou outros representantes de igrejas e templos que exerçam papel semelhante, de todas as religiões e cultos, o acesso

à rede hospitalar pública ou privada e aos estabelecimentos prisionais do estado, de forma que as visitas aos hospitais possam ser feitas a qualquer hora, enquanto que as visitas ao sistema prisional devem respeitar as normas, portarias e horários de cada órgão.

Nenhum óbice foi encontrado, quer constitucional, quer quanto à competência, quer com relação ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa e à Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação das emendas.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamiento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Reni Pereira, Ademar Traiano, Mauro Moraes e Valdir Rossoni.

Em votação o projeto, ressalvada as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação as emendas. **Aprovadas.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 740/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança prévia de taxa para cadastramento de *currículo vitae*, em agências de empregos, inclusive as virtuais, no âmbito do estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/07, de 17/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 815/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria a política de saúde da mulher detenta. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/07, de 19/11/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/08, que reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/08. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 758, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da presente Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar o requerimento, no sentido de que esse requerimento foi feito com a maior boa-fé pela Oposição para que não se alegasse e que nós não

podéssemos alegar que o projeto não seria votado a tempo, por conta das emendas que receberia e que devem ser debatidas. Como de forma profilática, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça convocou para amanhã, quarta-feira, às 12h30, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Em função dessa reunião extraordinária, entendo que é desnecessário transformarmos o Plenário em Comissão Geral. Embora eu já estivesse com os pareceres preparados, queria de certa forma dizer que a Oposição, que tinha essa preocupação em relação a um questionamento que poderíamos fazer, quero dizer que prefiro que o processo legislativo tenha o rito ordinário. O único compromisso que precisamos ter é de, V. Exa. que define a Ordem do Dia desta Casa, que inclua já o projeto para ser votado na Sessão de amanhã às 14h30.

Com isso certamente poderemos votar o projeto, votamos as emendas, enfim, amanhã poderemos votar toda questão que envolve a constituição do piso salarial do estado do Paraná, que é extremamente importante para os trabalhadores, por conta da referência que se tornou nas relações trabalhistas do nosso estado. Inclusive para os trabalhadores que não têm carteira assinada, é um instrumento legal importantíssimo que esta Casa tem pelo terceiro ano consecutivo. Mesmo com todo o debate político que faz, avança muito nesse processo, é um grande avanço. Enfim, conseguido claro, pelo Governador Requião, mas que essa casa tem respaldado, tem debatido e tem avançado. É uma Assembléia Legislativa que está avançando e entendo que é importantíssimo.

Da minha parte gostaria de solicitar que a Oposição retirasse esse requerimento, em função dessa exposição e em função da reunião de amanhã da CCJ e entendo que é desnecessário transformarmos o Plenário em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, a respeito do requerimento protocolado na Sessão próxima passada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Retiro o requerimento atendendo o pedido do Líder do Governo. Também sou favorável à tramitação normal dos projetos na Casa, sem essa excepcionalidade de transformar em Comissão Geral, mas alerta aos Srs. Parlamentares que no dia de amanhã teremos a votação num ponto altamente positivo, mas pelo que sinto teremos um ponto polêmico que é a fixação do piso regional mínimo ao setor público e ao setor privado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa cinco emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 116/08

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 010/08, tem por objetivo acrescentar à redação original desta proposição um novo artigo a ser numerado como artigo 4º, conforme redação a seguir, renumerando-se o artigo 4º da redação original como artigo 5º.

“Art. 4º Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar vencimento básico e soldo, respectivamente, igual ou superior ao piso salarial previsto no inciso I, do artigo 1º desta lei”.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(aa) EDGAR BUENO, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o vencimento básico do servidor civil e o soldo do servidor militar é o parâmetro para o cálculo de algumas vantagens atreladas ao seu vencimento, importante garantir-lhes o piso mínimo compatível como o do trabalhador da iniciativa privada.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação do seu artigo 4º, conforme segue:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito a partir do dia 01/04/08.”

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Duílio Genari e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo fazer retroagir a vigência desta lei ao dia 1º de abril, assegurando ao trabalhador do estado do Paraná o reajuste de seu salário já a partir daquela data, a exemplo do salário-mínimo nacional.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 116/08:

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos policiais militares e civis, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 010/08, do Poder Executivo.

Art. 2º Estende-se esse reajuste aos policiais civis e militares aposentados.”

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) MAURO MORAES

Apoiamento:

Edgar Bueno, Reni Pereira, Marcelo Rangel, Artagão Júnior, Elio Rusch e Luiz Accorsi.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Com fulcro no parágrafo 3º do artigo 137, do Regimento Interno, adite-se artigo 5º ao Projeto de Lei nº 116/08, Mensagem nº 010/08, de autoria do Poder Executivo, que reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, com a seguinte redação:

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 15486, de 01/05/07.

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(aa) RENI PEREIRA, ROSANE FERREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK, TADEU VENERI, RIBAS CARLI FILHO e CHICO NOROESTE.

JUSTIFICATIVA:

A alteração sugerida visa adequar a redação da presente proposta, de acordo com a Lei Complementar nº 095, de 26/02/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, que no seu artigo 9º, determina que a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Atendendo o disposto no artigo 137, do regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 116/08:

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos professores do Ensino Médio, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 010/08, do Poder Executivo.”

Sala das Sessões, em 22/04/08.

(a) MAURO MORAES

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Elio Rusch e Edgar Bueno.

As mesmas foram entregues e portanto amanhã estarão sendo encaminhadas à CCJ, e o Presidente Durval Amaral reitera o pedido a V. Exas. para que estejam amanhã às 12h30.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Pela Ordem)**

Justifico a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que está acompanhando a filha numa cirurgia.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Devidamente justificada.

Quero lembrar a V. Exas. que a seguir, no plenário, teremos Audiência Pública com os Srs. Daniel Lúcio de Oliveira e Souza e Luiz Henrique Tessuti, Diretor da Administração dos portos de Paranaguá e Antonina. Portanto, estão todos convidados.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 764, 789 e 794, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 765, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 767, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 768, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 772 a 774, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 778, 784 e 785, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 781 e 782, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 792 e 793, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimentos nºs 787 e 788, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 834/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT

PORTARIA Nº 074/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 4300	2000	100	100.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3015	2000	100	50.000,00
3390 3029	2000	100	50.000,00
TOTAL			100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 15/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI

Primeiro Secretário

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA
DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Rosane Ferreira e Luiz Fernandes Litro. O Sr. Presidente declara aberta a presente reunião, agradecendo a presença dos Srs.: Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMA; Ana Cecília Nowacki - representante do Instituto Ambiental do Paraná/IAP; Darcy Deitos, Jorge Augusto Callado e Rui Mueller - respectivamente Diretor-Presidente e representantes da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental/SUDERHSA; Adriano Riesemberg - representante da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento/SEAB; Luiz Marcos Feitosa dos Santos - representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER; Luiz Anselmo Tourinho - representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná/FAEP; Aristeu Elias Ribeiro - representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná/FETAEP; Nelson Costa -

representante do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná/OCEPAR; João Rando - Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias/IMPEV; Marcos Antônio Trintinalha e Ademir Aparecido Zussa - representantes da COCARI - Cooperativa Agropecuária e Industrial; Luiz Marcelo Cavagnare - representante da Cooperativa Agroindustrial Batavo; e Carlos Ioshio Murate - Presidente da Integrada Cooperativa Agroindustrial, que prontamente compareceram para participar do debate sobre a retirada do BHC (hexaclorobenzeno) ou outro agrotóxico proibido do estado do Paraná, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Rosane Ferreira, Luiz Fernandes Litro e Elton Welter. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1) votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 02) Projeto de Lei nº 053/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou

redação final ao Projeto de Lei nº 006/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 527/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Ademar Traiano apresenta requerimento de retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 062, 063 e 064/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer do Deputado Caíto Quintana FAVORÁVEL às emendas de Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio

Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 096/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 096/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 847/07, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 006/08, de autoria do Deputado Mário Roque. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 029/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Os Srs.

Deputados Caíto Quintana e Mauro Moraes SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 075/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 075/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura na forma das emendas supressivas e aditivas anexas. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

